

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LAUANA SILVIA FERGUTZ

TRILHANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO: o trabalho do assistente social
com a população idosa

Porto Alegre

2014

LAUANA SILVIA FERGUTZ

TRILHANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO: o trabalho do assistente
social com a população idosa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Tatiana Reidel

Porto Alegre

2014

LAUANA SILVIA FERGUTZ

TRILHANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO: o trabalho do assistente social
com a população idosa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Porto Alegre, 26 de junho de 2014.

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Tatiana Reidel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a Dr^a Dolores Sanches Wunsch - UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho e esta conquista a Deus,
aos meus pais, ao meu marido, ao meu irmão,
e aos meus queridos professores e assistentes
sociais com quem aprendi minha profissão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por fazer seus planos perfeitos para minha vida e por possibilitar a apreensão de conhecimento por meio de uma profissão tão humanitária, que assim como seus propósitos, busca romper com as desigualdades postas em nossa sociedade.

Agradeço aos meus pais, Lorival e Solange Fergutz, meus primeiros e eternos professores da vida, que ainda que eu seja reprovada em algumas provas, permanecem ao meu lado me apoiando.

Agradeço ao meu querido e amado marido, Luiz Roberto, que muito me ensinou sobre companheirismo e lealdade, e mais do que me ensinar vive isto ao meu lado. Obrigada pelo apoio nas tensões para construção deste e outros trabalhos.

Agradeço ao meu irmão, que me ensinou a ter paciência diante de sua chatice. E que agora, faz toda família esperar pela Helena!

Agradeço ao Clã, que foi minha maior conquista na universidade. Como dizemos, a amizade que segue vale muito mais que um diploma. Obrigada pelos momentos juntas, que não acabam por aqui. Amo vocês meninas: Vanessa Fortes, Francyele Melgarejo, Thais Steigleder, Manuela Almeida, Tassiane Lemos e Camila Reinheimer. E também ao Bunde Andando que também nos acompanha neste caminhada, Thaianne Miranda, Bruna Silvello, Juliane Pasqualetto e Bárbara Schmitz.

Fica um agradecimento muito especial aos meus queridos mestres e professores da universidade que me ensinaram com tanto orgulho esta profissão, e mais especial ainda a minha supervisora e orientadora Prof^a Dr^a Tatiana Reidel, que sempre me desafiou a ir um pouquinho além, que sempre prezou pela qualidade do meu ensino e passou noites acordadas corrigindo meus diários de campo, relatórios e este trabalho.

Agradeço também as assistentes sociais com quem tive o privilégio de conhecer e trabalhar no período de realização dos estágios obrigatório e não obrigatório. Levo comigo o melhor que aprendi com uma de vocês, Verônica Lapenda Marinho, Eliane Jost Blessmann, Vera Birkhan e Isabel Pimenta. E também as colegas estagiárias Cláudia de Fátima Machado, Cristiele Vales e mais recentemente Bruna Aguirre dos Santos. Com vocês aprendi na lida cotidiana a romper as barreiras, a resistir e buscar ser uma profissional mais qualificada.

"A utopia está no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte se distancia dez passos mais além. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar".

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o trabalho do assistente social em projetos que atendem a população idosa. O interesse de aprofundamento do tema emerge a partir das inquietações advindas da realização do estágio obrigatório em Serviço Social num projeto que atende a população idosa. Evidencia-se no histórico da profissão que esta nem sempre foi considerada como trabalho, mas a partir do movimento de reconceituação e do posicionamento em favor da classe trabalhadora, o assistente social passa a se reconhecer como trabalhador assalariado e que sofre com as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Neste contexto, destaca-se o envelhecimento como realidade mundial, e o desafio de envelhecer na conformação da sociedade capitalista que reproduz uma lógica excludente e descartável que se dissemina nas relações sociais. Assim, reitera-se a necessidade de políticas sociais públicas para assegurar condições dignas na velhice e para romper com a discriminação contra esta população. Apresenta-se a pesquisa desenvolvida para subsidiar este Trabalho, que objetivou compreender como se constitui o trabalho dos assistentes sociais em projetos que atendem a população idosa. Utilizou-se o método dialético-materialista para compreensão da realidade, tendo como categorias explicativas: o trabalho do Assistente Social, a identidade profissional e o envelhecimento. Optou-se pelo enfoque qualitativo, tendo sido realizada a análise dos dados através da análise de conteúdo. A coleta de dados foi realizada através de entrevista e a amostra foi composta de três Assistentes Sociais e três idosos que participam dos respectivos projetos. Evidencia-se por meio dos achados da pesquisa, que os assistentes sociais possuem dificuldades em compreender as expressões da questão social como seu objeto de trabalho, e que os meios de trabalho mais utilizados pelos assistentes sociais se deslocados de sua finalidade podem reforçar uma perspectiva tecnicista. Constata-se que os produtos decorrentes do trabalho do assistente social se evidenciam no entendimento de que o mesmo se refere ao campo de acesso aos direitos dos idosos e na transformação de suas relações consigo mesmo e com a sociedade, resultando na melhora das condições de saúde e na qualidade de vida. Salienta-se que para os idosos o trabalho do assistente social traz um benefício bom, geralmente relacionado a sensação de bem-estar e de satisfação de vivenciar esta etapa da vida. Refere-se que a garantia dos direitos dos idosos ocorre em seus trabalhos por meio do acesso a informação, do lazer, do esporte, da cultura, da saúde, da assistência, da habitação e da educação, ainda que nem todos os entrevistados tenham referido que o acesso aos direitos seja finalidade de seu trabalho. Aponta-se como finalidade do trabalho do assistente social com a população idosa a superação das situações de violação de direitos, a qualidade de vida e a produção de satisfação nesta etapa da vida, proporcionando condições para que os idosos possam concretizar seus sonhos. Evidencia-se que a identidade profissional sob ótica dos idosos permanece relacionada a bondade, referindo-se a origem da profissão, colocando os assistentes sociais como boas moças que ajudam aos pobres e distanciando-se do entendimento deste profissional com um trabalhador que luta pela garantia de direitos. Conclui-se reiterando sobre a importância destes espaços de trabalho e a relevância de se prestar um trabalho qualificado junto ao segmento que mais cresce na sociedade, bem como identifica-se que com as conquistas da categoria, muito se avançou no entendimento do fazer como trabalho, mas adverte-se para necessidade de formação permanente. Explicita-se que a relevância deste trabalho apresenta-se na contribuição com o aprofundamento do conhecimento da realidade do trabalho do assistente social com o segmento idoso, influenciando na qualidade dos serviços prestados a esta população.

Palavras-chave: Trabalho do Assistente Social. Identidade Profissional. Envelhecimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL: trabalho e identidade	11
2.1 Os caminhos históricos do assistente social enquanto trabalhador	12
3 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	19
3.1 Desafio de Envelhecer na sociedade capitalista	21
3.1.1 O descarte social do Idoso: de força de trabalho à inativo	25
3.1.2 Possibilidades interventivas junto a população idosa: a vivência do estágio	30
3.2 As Políticas sociais públicas para o Idoso: resistência e envelhecimento digno	33
4 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM A POPULAÇÃO IDOSA: desvendando a realidade por meio da pesquisa	38
4.1 O Trabalho do Assistente Social em Projetos que atendem a população idosa	40
4.1.1 Perfil dos sujeitos participantes da pesquisa	41
4.1.2 O Objeto de trabalho de trabalho do assistente social no atendimento aos idosos	42
4.1.3 Os Meios de trabalho utilizados pelos assistentes sociais	45
4.1.4 O Produto decorrente do trabalho do assistente social: efetivação de direitos?	50
4.2 A efetivação do Projeto Ético-Político Profissional e a garantia de direitos dos idosos	54
4.3.1 Desafios e facilitadores para o desenvolvimento do trabalho do assistente social	57
4.3 A Identidade do assistente social na contemporaneidade: ruptura com a gênese?	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A	73
APÊNDICE B	74

1 INTRODUÇÃO

Considerando a prospectiva de contínuo aumento da população idosa e as inquietações que emergiram na realização do Estágio Curricular¹ em Serviço Social no Projeto de Extensão Centro de Estudos de Lazer e Atividade Física do Idoso (CELARI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo sistematizar o conhecimento obtido no processo de aprendizagem da graduação e traz em seu cerne os questionamentos quanto ao trabalho do assistente social em projetos que atendem a população idosa.

A vivência de estágio neste campo oportunizou muitas aprendizagens, mas por outro lado, inúmeras incertezas e dúvidas, principalmente em desvendar como se dá o trabalho do assistente social nestes espaços que atendem a população idosa, contextualizando que este é um segmento em amplo crescimento na sociedade e, que esta é uma profissão que, embora orientada por um Projeto Ético-Político (PEP) profissional hegemonicamente assumido, ainda encontra-se inúmeros desafios para a sua consolidação, a superação da prática pela prática.

A inserção no estágio proporcionou ainda a observação e acompanhamento do trabalho do assistente social em seu exercício profissional, concluindo-se que sua intervenção tem grandes incidências na vida dos idosos, sendo orientado pelo Código de Ética da Profissão que a finalidade de sua intervenção deve resultar na transformação das condições de vida e na garantia de direitos, visando na sua amplitude, uma nova ordem societária em que não haja discriminação, mas a valorização dos idosos.

Possibilitou ainda, a execução de um projeto de intervenção, no qual discutiu-se, por meio de uma oficina de fotografia, sobre a imagem social do idoso e as influências das representações sociais da velhice no cotidiano dos idosos. O projeto de intervenção junto ao grupo de idosos evidenciou as dificuldades de superação do estigma social negativo do idoso, que tem repercussões na autopercepção do envelhecimento, gerando a negação da velhice.

Toda esta vivência contribuiu para compreensão da relevância, bem como o interesse, de aprofundar o conhecimento quanto ao trabalho do assistente social junto ao segmento idoso, levando em conta a perspectiva crítica e propositiva da mesma, almejando a contribuição para qualidade de vida dos idosos, revendo estereótipos e preconceitos atribuídos

¹ O estágio curricular obrigatório em Serviço Social I, II e III foi desenvolvido no período que compreende de 2012 à 2013/1.

à velhice e contribuindo para desvendar possibilidades interventivas frente à realidade do envelhecimento.

A importância do estudo desta temática apresenta-se também para a categoria profissional, considerando o percurso identitário que os assistentes sociais vem percorrendo, na luta por ultrapassar o conservadorismo e imprimir em seu trabalho a dimensão ético-política assumida hegemonicamente em seu projeto profissional junto a todos segmentos que atende.

Para construção deste estudo, foi realizada revisão bibliográfica para identificar a produção científica que infere sobre o trabalho do assistente social junto a população idosa, bem como, realizado um levantamento para verificar o número de projetos em Porto Alegre que atendem este segmento. Utilizou-se ainda, da revisão dos materiais já produzidos pela autora no processo de realização do estágio curricular obrigatório, por meio da leitura dos diários de campo e relatórios.

Para agregar dados da realidade e visando a composição com as demais formas de obtenção de conhecimento, foi realizada, após aprovação da Comissão Científica da Psicologia e do Comitê de Ética da UFRGS, uma pesquisa com objetivo de compreender como se constitui o trabalho do assistente social em projetos que atendem a população idosa. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o trabalho deste profissional no atendimento ao público idoso com vistas a discussão sobre a contribuição no acesso aos direitos dos idosos e na consolidação do PEP da profissão.

A proposta visa ainda compreender as seguintes questões: como o assistente social concebe e reconhece seu objeto de trabalho em projetos que atendem aos idosos? Quais as particularidades e instrumentos utilizados no trabalho do assistente social em projetos que atendem a população idosa? Quais os condicionantes que favorecem ou dificultam o desenvolvimento do trabalho profissional? Quais os produtos que decorrem do trabalho do assistente social em projetos que atendem idosos? Quais são as principais contribuições do trabalho do assistente social no acesso a garantia de direitos da população atendida?

Dessa forma, na busca por aprofundar o conhecimento sobre a temática, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, sendo este primeiro introdutório.

Já o segundo capítulo, tem por propósito situar a trajetória do Serviço Social como trabalho especializado, buscando referenciar na história este percurso identitário. Apresenta brevemente elementos de sua gênese e das transformações que culminaram na inclusão da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, trazendo um paralelo com a identidade que é

historicamente atribuída ao assistente social, e no reconhecimento do assistente social enquanto trabalhador especializado que trabalha em diversas áreas de atuação e com diversos segmentos.

Neste sentido, destaca-se a população idosa que está em plena expansão, com perspectivas de grande aumento em seu contingente, demandando do Serviço Social o conhecimento sobre suas reais condições de envelhecimento.

Na sequência, o terceiro capítulo apresenta dados sobre o envelhecimento populacional, destacando-se a importância de compreender as necessidades deste segmento que está em expansão. Ressaltam-se as demandas características da idade e os desafios de envelhecer na sociedade capitalista, que produz profundas desigualdades demandando do assistente social uma intervenção implicada com a promoção de melhores condições para velhice. Para tanto, aborda-se as políticas sociais públicas direcionadas para garantir os direitos dos idosos como meio de enfrentamento das desigualdades que dificultam o processo de envelhecer.

Considerando o segmento da população idosa como demandária de intervenções qualificadas no que se refere a contribuição para garantia de direitos, ressalta-se a necessidade de compressão do trabalho do assistente social junto a esta população.

Sendo assim, no quarto capítulo apresenta-se os achados da pesquisa a partir da ênfase sobre o trabalho - objeto, meios e produtos -, será abordado como o trabalho do assistente social pode efetivar em seu cotidiano a consolidação do projeto ético-político da profissão e garantia de direitos dos idosos. Posteriormente, realiza-se uma reflexão sobre a identidade atribuída aos assistentes sociais na atualidade, sob a ótica dos próprios trabalhadores e também dos idosos destinatários de seu trabalho.

Para fechamento deste trabalho, as considerações finais abordam as conclusões obtidas no processo de construção do estudo, almejando contribuir com o conhecimento da temática, sem a pretensão de dar por encerrada as discussões, mas pelo contrário, suscitar novos interesses referente ao trabalho do assistente social com a população idosa.

2 A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL: trabalho e identidade

No âmbito da construção histórica, o Serviço Social vivenciou um processo de transformação de sua identidade e da finalidade de seu trabalho, conquistando a posição hegemônica da profissão e tendo como cerne de seu trabalho as expressões da questão social

como produtoras das desigualdades sociais. Esta compreensão rompeu com o conservadorismo advindo da origem da profissão, propondo um novo posicionamento sobre o trabalho do assistente social.

Para descrever este percurso histórico do Serviço Social em seu entendimento como trabalho, este capítulo propõe-e a iniciar a temática apresentando a concepção do que é trabalho e quais seus elementos constitutivos, além de contextualizar brevemente o percurso identitário do Serviço Social brasileiro, abordando sua gênese como interligada ao conservadorismo e as transformações ocorridas no cerne da profissão, que após o movimento de reconceituação reconhece as expressões da questão social como seu objeto de trabalho e passa a posicionar-se em favor da classe trabalhadora. Neste aspecto, concomitantemente, busca-se fazer referência à identidade profissional atribuída ao assistente social enquanto trabalhador.

2.1 Os caminhos históricos do assistente social enquanto trabalhador

Contemporaneamente no Serviço Social, a compreensão que se tem de trabalho refere-se a “[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1985, p. 149). Ou seja, o trabalho ocorre por meio da interação entre o homem e o mundo natural buscando que suas necessidades sejam satisfeitas.

O trabalho apresenta-se como categoria central para apropriação da natureza, sua transformação e sustento do homem. Contudo, para execução, o trabalho é composto pelo processo de trabalho, que de acordo com Marx (1985, p. 202), tem como elementos: “a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”.

Compreende-se assim que, o que diferencia os homens dos animais é sua capacidade teleológica, ou seja, a idealização do produto resultante de seu processo de trabalho. Nas palavras do autor,

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985, p.149-150)

Portanto, os homens possuem capacidade de apropriar-se da natureza através de sua força física - corpo, mãos, pernas, braços e cabeça -, utilizando meios de produção para alcançar um produto anteriormente planejado, imprimindo uma forma útil para a vida humana.

“O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (MARX,1985, p.153). O valor de uso pode ser classificado como objeto ou matéria-prima, como meio de trabalho ou ainda como produto do trabalhado, dependendo da função que exerce no processo de trabalho. Sendo assim, o valor de uso é atribuído conforme sua utilidade para satisfação das necessidades humanas.

Entretanto, ressalta-se que do trabalho não obtêm-se apenas o valor de uso, mas também o valor de troca, que refere-se a relação quantitativa, a valoração real da mercadoria². É através do valor de troca que o homem vende sua força de trabalho a fim de sustentar-se.

No trabalho o homem transforma a natureza e é transformado neste processo, pois “trata-se de um elemento constitutivo do ser social, que o distingue como tal, e, portanto, que dispõe de uma centralidade na vida dos homens. (IAMAMOTO, 2013, p. 61). Nesta perspectiva, na realização do trabalho o homem se relaciona consigo mesmo, com o outro e com a natureza, estabelecendo as relações de produção, que somadas a capacidade de produção (forças produtivas) constituem o modo de produção (KIST, 2008). As relações produtivas incidem sobre a estrutura social e a divisão da sociedade em classes. “Quando as relações materiais de produção mudam, também se alteram as relações entre os homens que ocupam a mesma posição na sociedade de classes” (KIST, 2008, p. 57).

É na mudança do modo de produção e de suas relações que o Serviço Social emerge como trabalho, ainda que com caráter de sustentar o berço capitalista no Brasil, visto que havia o comprometimento com manutenção do status quo, trabalhando no sentido de harmonizar a sociedade, cooperando com o apaziguamento da classe trabalhadora, para que está tivesse condições de reproduzir sua mão-de-obra sem prejudicar o capital (ZACARIAS, 2013).

O assistente social inserido na lógica capitalista produz um valor de uso (serviço ao usuário, as comunidades e grupos, as instituições), mas também produz um valor de troca,

² Por exemplo, posso trocar um número x maçãs por um número y de bananas. O valor de troca varia no tempo. Na atualidade os imóveis estão valorizados frente ao mercado, mas daqui há alguns meses pode perder valor de troca devido a pouca procura. A venda da força de trabalho apresenta-se como valor de troca materializado pelo salário.

considerando que ocorre a venda da força de trabalho, sendo um trabalhador assalariado (PRATES, 2003).

No entanto, esta premissa de compreender a profissão como uma “[...] especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”³ (IAMAMOTO, 2013, p. 22) é um avanço para categoria a partir da reconceituação, diferenciando-se do que historicamente constituiu sua identidade profissional.

Os valores humanistas emancipatórios são os indicados a permear a intervenção profissional, considerando sempre as contradições presentes no exercício da profissão, expressos pelos interesses contraditórios dos demandatários do trabalho do assistente social: as instituições que o contratam e a população usuária. (ZACARIAS, 2013, p. 62)

Sendo assim, nessa contradição de interesses sociais, mas aliado a classe trabalhadora, o Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social que consiste no

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2013, p. 27)

Desta forma, trabalha na tensão entre produção da desigualdade e produção da resistência, no conflito expresso entre o capital x trabalho. Todavia, o percurso da profissão aponta que nem sempre foi este o objeto de trabalho do assistente social.

Historicamente o Serviço Social instituiu-se enquanto identidade profissional, como profissão interventiva baseada em métodos e técnicas que permearam a trajetória tecnicista da profissão. O cenário sócio-histórico revela que “[...] as origens do Serviço Social estão fincadas na assistência prestada aos pobres, por mulheres piedosas, alguns séculos atrás” (ESTEVÃO, 1992, p. 7). Sua gênese traz a atenção as desigualdades sociais provocadas pelo sistema de acumulação capitalista, ainda que de forma moralista e assistencialista.

A partir do surgimento da sociedade capitalista, quando o lucro deixou de ser pecado ou imoralidade, que a preocupação com as ‘classes despossuídas’ e os problemas sociais e políticos que esta população poderia criar, tornou-se uma necessidade de defesa da burguesia recém-chegada ao poder (ESTEVÃO, 1992, p. 10).

³ Inflexão apresentada por IAMAMOTO, M.,V. e CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez/Celats, 1982.

A origem do Serviço Social tem em seu âmago a estratégia do projeto político da burguesia capitalista emergente, sendo criado como intervenção amortecedora no tecido social para evitar conflito direto com proletariado (MARTINELLI, 2010).

Acreditava-se que “[...] os pobres eram a causa de sua própria situação e bastavam uma ajuda inicial e alguns conselhos bem dirigidos para que se lhes abrissem as portas das benesses que o capitalismo oferecia a todos indistintamente” (ESTEVÃO, 1992, p. 16).

Assim a gênese do Serviço Social apresenta-se nas disfunções do capitalismo que acaba por resultar nas desigualdades sociais, descaracterizando a função social da profissão desde seu início, sendo utilizada como instrumento de controle e repressão das classes trabalhadoras, com o fetiche da prática imediata, emergindo num cenário histórico com a identidade atribuída pelo capitalismo.

Absorvidos pela tecnoburocracia e enclausurados nas instituições para darem operacionalidade para as propostas políticas de prática profissional de cuja elaboração não haviam participado, ora a serviço da classe dominante ora a serviço do estado burguês, os assistentes sociais tiveram roubados os seus espaços de construção de identidade (MARTINELLI, 2010, p. 156).

A relação com a igreja é fundante nestas condições para formulação dos objetivos político-sociais iniciais da profissão, imprimindo um posicionamento conservador. A assistência prestada aos pobres não tinha um caráter teórico-metodológico, portanto, ocorria de forma não sistemática e sem teorização.

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico–metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser usado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. [...] No entanto, é com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais (YAZBECK, 2009, p. 147-148).

Contudo, a mudança da direção política assumida profissionalmente, revela a capacidade teleológica dita por Marx. A nova orientação advém do Movimento de Reconceituação do Serviço Social que ocorreu nos países latinos americanos, fomentado por críticas ao caráter positivista e funcionalista da profissão, engrenando em questionamentos sobre suas origens político-ideológicas.

Consistiu num movimento da categoria que visava romper com paradigma dominante para fortalecer um pensamento crítico que evidenciava a inadequação da metodologia do Serviço Social de caso, grupo e comunidade, compreendendo como técnicas e métodos

importados não condizentes com a realidade brasileira. Outra inconformação se inscreveu na neutralidade esperada do profissional diante de realidades tão duras e desiguais.

O movimento de renovação do Serviço Social que emerge em meados da década de 1960 e prossegue ao longo de duas décadas, ao final, toma por base a teoria crítica, trazendo um novo ângulo para atuação aliada a luta de classes, visando a superação das desigualdades sociais advindas do sistema capitalista. Assim sendo, resultou na identificação dos assistentes sociais com a classe trabalhadora, concebendo que a classe dominante possui interesses antagônicos, de repressão e dominação.

Neste contexto, a formulação de um pensamento crítico no serviço social, vinculado à luta de classes, não foi obra de nenhum "iluminado", mas o resultado de um processo histórico complexo e lutas, de resistência ao imperialismo e à ordem dominante, de organização das classes subalternas e de construção de um projeto de aliança de intelectuais com os dominados, explorados e oprimidos, na luta por mudanças profundas (FALEIROS, 2005, p. 25).

Este posicionamento questionador da realidade impulsionou uma vertente de ruptura com o serviço social tradicional, rompendo com “[...] uma abordagem da questão social como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais” (YAZBECK, 2009, p. 145). Neste processo de “recriação” da profissão buscou-se a ruptura com seu histórico conservador positivista e com a identidade atribuída.

É no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônica no Serviço Social no país, a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações (IAMAMOTO, 1982 apud YAZBECK, 2009, p. 151).

A maturação profissional foi um processo de construção de um fazer profissional baseado num posicionamento ético-político, num aporte teórico-metodológico e técnico-operativo. O avanço na compreensão do capitalismo, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos temas proporcionou o processo de superação de assistentes sociais de meros executores de políticas sociais, assumindo posições de planejamento e gestão dessas políticas (YAZBECK, 2009, p. 152). Sendo assim, as explicações religiosas são substituídas pelas científicas, tendo na sociologia o suporte teórico, mais especificamente nas concepções de Marx.

A renovação da profissão culminou no PEP da profissão que tem como pilares a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, o Código de Ética de 1993 e as novas diretrizes curriculares de 1996. O PEP imprime, dessa forma, o norte da profissão almejando uma nova ordem societária e a superação das desigualdades sociais por meio da divisão equânime dos bens socialmente produzidos, portanto, comprometido com uma sociedade mais justa e igualitária.

Todavia, mesmo posterior ao processo de reconceituação e maturação da profissão observa-se a dificuldade de romper com a lógica tecnicista da profissão, sendo que atualmente ainda encontra-se espaços sócio-ocupacionais que estabelecem como atribuição do assistente social todas as ações e tarefas que não são executadas por outras profissões. O ser e o fazer profissional permanecem como atribuição externa, sendo em muitos casos um profissional meramente cumpridor de ordens.

Historicamente a identidade profissional do Serviço Social caracteriza-se pela prática meramente tecnicista, como executor de políticas advindas da classe dominante, “sempre prontos para oferecer respostas urgentes às questões prementes, desde cedo os assistentes sociais foram imprimindo à profissão a marca do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante” (MARTINELLI, 2010, p. 127).

Diante deste cenário e do percurso identitário da categoria, marcado pelos avanços nas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-política, tem-se como desafio constante a superação da prática pela prática, a compreensão de seu fazer como trabalho, considerando as inferências decorrentes desta apreensão bem como a necessária clareza dos elementos que o constituem e da finalidade de sua efetivação.

É necessário lembrar que o Serviço Social ainda mantém traços de profissão em cuja origem estão presentes elementos vocacionais como: a valorização de qualidades pessoais e morais, o apelo ético, religioso ou político e o discurso altruísta e desinteressado. Nestas profissões, o primado do ser sobre o próprio saber é essencial (YAZBECK, 2009, p. 134).

O projeto profissional em hegemonia na atualidade visa discussões aprofundadas e intervenções que rompam com a lógica da subalternidade e exploração. Entretanto, não são todos os profissionais que assumem esta orientação política, sendo que muitos permanecem conectados a origem da profissão.

No direcionamento do PEP, o projeto da profissão possui um arsenal de princípios éticos e diretrizes contidos em seu Código de Ética, tais como: liberdade, igualdade, autonomia, defesa dos direitos sociais, dos direitos humanos, da justiça social, entre outros

que visam uma nova ordem societária. Estes valores, “[...] enquanto centrais ao trabalho do Assistente Social, visa contribuir para superação do discurso tecnicista, da ação sem intenção que divide a teoria da prática” (ZACARIAS, 2013, p. 64).

Cabe, por outro lado, situar as transformações ocorridas no mundo trabalho a partir dos pressupostos neoliberais que traçam a reforma do estado intervindo em todas as esferas da vida social e da própria profissão. Como afirma Antunes (2002), ocorre um processo de fragilização das contratações dos trabalhadores - a terceirização dos serviços, a forma de contratação parcial e temporária, entres outras -, ficando estes a mercê de seus direitos trabalhistas e sociais.

Neste sentido, a precarização do trabalho instaura-se com a desregulamentação do mercado de trabalho, o que gera a alteração nos perfis profissionais, assim como nas demandas, nas habilidades e competências necessárias para atender a nova realidade.

Compreende-se assim, que o assistente social enquanto trabalhador inscreve-se nessas relações, sendo exposto a formas de contratação precárias e encontrando em seu ambiente de trabalho barreiras estruturais e institucionais para o exercício de seu trabalho, devido a fragilidade da contratação.

A atual conjuntura sócio-econômica

[...] alia-se uma radical alteração nas relações entre o Estado e a sociedade, condensada na ‘Reforma do Estado’, conforme recomendações de políticas de ajuste das economias periféricas, preconizadas pelos organismos internacionais (IAMAMOTO, 2013, p. 9).

Ou seja, a contra-reforma do Estado traz em seu âmago a regulação advinda da globalização e da manutenção e expansão do capitalismo para países emergentes. Está alteração nas relações afetam o mundo do trabalho diretamente como a nova forma de acumulação do capital, conhecida como flexível, e traz consigo o agravamento questão social expressa pelo desemprego e subemprego, sob égide da precarização das condições de trabalho e de vida.

Acentuam-se ainda, os determinantes históricos-conjunturais, que vêm modificando o panorama do mercado profissional de trabalho, as demandas, funções e requisitos de qualificação desse trabalhador especializado, exigindo, também, novas respostas profissionais, no âmbito do trabalho e da capacitação para o ser exercício (IAMAMOTO, 2013, p. 11).

As transformações societárias desafiam os assistentes sociais a compreender e intervir nas multifacetadas expressões da questão social, manifestadas no cotidiano dos sujeitos que a

experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, entre tantas outras formas (IAMAMOTO, 2013). Sendo assim,

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO 2013, p. 20).

Decifrar a realidade em seu aspecto macro representando a totalidade do fenômeno, como também nas questões enfrentadas no contexto micro, na realidade apresentada cotidianamente correspondendo a particularidade.

Frente a esta perspectiva do trabalho do assistente social, torna-se um desafio na atualidade compreender e intervir nas inúmeras e crescentes expressões da questão social advindas das relações de desigualdade. Expressões estas que não se configuram como novas, mas que se apresentam com novas roupagens.

Dentre estas, destaca-se as relacionadas ao envelhecer, realidade experimentada mundialmente por meio do aumento da população idosa, que necessita ser atendida em suas demandas características da idade e da sociedade capitalista, podendo se referir, por exemplo, no envelhecer sem recursos financeiros, no estigma social negativo do idoso que o revela como inútil e inativo, na violência e negligência contra idoso, a perda de autonomia e independência, entre tantas outras situações de violação dos direitos.

No que diz respeito a garantia de acesso aos direitos dos idosos, torna-se um desafio para os assistentes sociais desencadear um processo emancipatório dos idosos, na perspectiva de que estes tenham a possibilidade de “[...] apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) [...]” (MIOTO, 2009, p. 501) para que tornem-se atores de suas lutas e possam interferir no rumo da história de suas vidas e também da sociedade.

3 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O processo de envelhecimento é inerente ao homem, e trata-se de “[...] um processo universal do ser vivo, acarretando transformações morfológicas e funcionais na medida de seu aparecimento. [...] envelhecer é tão natural quanto nascer ou morrer” (PICCOLO, 2011, p. 172). Refere-se a um processo físico-biológico natural ao qual, todos estão destinados, sendo

experimentado em nossa vida cotidiana, muito embora, muitos considerem que o envelhecimento ocorra apenas após a idade aposentária.

Contudo, ressalta-se que o envelhecimento é um processo contínuo em toda trajetória da vida humana e deve ser observado de forma ampla, considerando não apenas o aspecto físico, mas também os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, dentre outros.

A velhice humana provoca tanto alterações nas condições anátomo-fisiológicas dos mais diversos sujeitos, assim como modifica as formas com que estes se inserem na sociedade. Neste ponto situam-se os elementos mais profícuos em uma análise social sobre o fenômeno do envelhecer, pois não existe uma única forma de envelhecer, pois esta varia em distintos gêneros, etnias, classes sociais e culturas (PICCOLO, 2011, p. 172).

Na atualidade, observa-se o crescente aumento da população idosa por meio de dados dos censos demográficos que revelam que, mundialmente, o envelhecimento tem se tornado uma realidade e traz consigo consequências na estrutura social, cultural, econômica, política e de saúde.

No Brasil, estima-se a tendência de aumento nas projeções do envelhecimento, especialmente no séc. XXI, considerando que no Censo demográfico de 2010 os idosos representaram 7,4% dos 190.755.799 habitantes do país (IBGE, 2010). O alargamento do topo da pirâmide etária da população brasileira é explicado pelo crescimento de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, passando de 5,9% em 2000 para 7,4% no ano de 2010 (IBGE, 2010).

Dados do IBGE (2007) revelam que entre os anos de 1940 e 1990, a esperança de vida⁴ aumentou de 41,5 anos para 67,7 anos, sendo uma média de 5 anos acrescidos por década. Em 1991 a esperança de vida ao nascer do brasileiro era de 67 anos, passando para 72,57 em 2007. Na atualidade, o censo demográfico de 2010 aponta que a esperança de vida ao nascer era de 73,48 anos e de 74,6 anos em 2012, conforme divulgado em suas publicações anuais no site Sala de Imprensa⁵.

Neste contexto de longevidade, torna-se necessária a reflexão sobre o processo de envelhecimento e seus fatores determinantes, bem como refletir sobre as dificuldades de

4 Conforme conceituação do IBGE, Esperança de vida ao nascer se refere ao número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>

5 Canal de comunicação utilizado pelo IBGE para atualizar dados para jornalistas, proporcionando o acompanhamento das divulgações periódicas.

envelhecer na conformação da sociedade capitalista, que desvaloriza o idoso e diante de um Estado que não providencia condições adequadas para o processo de envelhecimento.

Para tanto, o primeiro item deste capítulo aborda as reflexões sobre o desafio de envelhecer na sociedade capitalista, trazendo na sequência do subitem alguns desdobramentos da questão social que afetam o cotidiano dos idosos. Já o segundo item refere-se as políticas sociais enfocados no direito dos idosos como forma de resistência diante do contexto neoliberal, garantindo os direitos, ainda que mínimos, aos idosos.

3.1 Desafio de Envelhecer na sociedade capitalista

Sabe-se que o processo de envelhecer manifesta-se de maneira diferenciada de acordo com o contexto histórico e com o desenvolvimento econômico e que apresenta-se na atualidade em rápida expansão considerando as modificações ocorridas nas variáveis demográficas que atuam no envelhecimento, sendo estas a mortalidade e a natalidade.

Ou seja, o envelhecimento não é um processo homogêneo e linear para os todos os sujeitos, mas é perpassado de fatores que o determinam e contém questões subjetivas que se referem a história de vida deste sujeito como valores, princípios, simbolismos atribuídos à velhice.

Definir a velhice é uma questão social, coletiva e profundamente complexa, pois ser velho contemporaneamente pode não possuir relação com o “ser velho” na Antiguidade ou na Idade Média, no Ocidente ou no Oriente. Assim, na França do século XIX, a palavra “velhice” era utilizada para caracterizar as pessoas que não podiam obter seu próprio sustento, não possuindo relação direta com a cronologia etária, fenômeno distinto, mas não em sua totalidade, o que percebemos nos dias atuais (PICCOLO, 2011, p 170).

A velhice como um fenômeno complexo e diversificado de acordo com contexto histórico, econômico, político, social e cultural, ocorrendo processos diferentes, em locais diferentes e com pessoas diferentes.

Segundo Nasri (2008), um dos diferenciais do processo de envelhecimento da América Latina em relação a Europa diz respeito ao momento histórico de cada continente, sendo que na Europa houve um significativo desenvolvimento tanto social quanto de aumento da renda da população. Já na América Latina, principalmente no Brasil, o processo de urbanização se deu de forma não planejada e sem modificações na distribuição de renda entre a população.

No Brasil experimentou-se no período entre 1940 a 1960 um declínio na taxa de mortalidade, concomitantemente com níveis avançados de fecundidade, resultando numa população estável e em pleno crescimento. Entretanto, a partir dos anos 1960, contrariamente houve a redução das taxas de fecundidade⁶ desencadeando o processo de reestruturação etária, sendo o futuro com grande número de idosos e com a taxa de crescimento muito baixa ou até mesmo negativa (NASRI, 2008).

O século XX engendrou uma verdadeira revolução no que tange à longevidade da espécie humana. Somente durante este centenário, a vida humana incrementou aproximadamente 30 anos ao seu período de existência, logo, o envelhecimento é um fenômeno global e generalizado; não é questão retórica, mas científica e epistemológica (PICCOLO, 2011, p 171).

Contemporaneamente, observa-se o fenômeno de envelhecimento da própria população idosa com o alargamento do topo da pirâmide etária, considerando que o grupo etário que mais cresce é o de 75 anos ou mais. Portanto, além do fato de mais pessoas alcançarem e ultrapassarem os 60 anos de idade, cresce o número de pessoas que ultrapassam os 75 anos e há aqueles casos que passa dos cem anos.

Sendo assim, o envelhecimento pode significar um período mais longo e duradouro para alguns idosos e para outros não, visto que fatores individuais - como o cuidado com a própria saúde - podem influenciar no envelhecer, mas também há fatores que colocam-se fora do alcance particular.

Diversos são os fatores que influem diretamente no processo de envelhecimento e na experiência da velhice, sendo alguns destes: social, econômico, político, cultural, etnia, de saúde, educação, modos de vida, alimentação, desempenho de atividades físicas, condições de moradia, hábitos, entre outros.

Está amplitude de determinantes pode ser exemplificada na fala do grupo de idosos que participaram do projeto de intervenção, já citado anteriormente, a partir da experiência propiciada pelo estágio. Mediante a discussão sobre o tema da imagem social do idoso, levantou-se a questão sobre os fatores que influenciam o envelhecimento, conforme relatado no diário de campo

Avançado o debate uma idosa relatou o caso de outra idosa que "Não quer sair de casa e não se ajuda" (Sic.). A partir desta fala problematizou-se sobre os fatores que influenciam o envelhecimento para que estes compreendessem que há situações que independem do sujeito. Sucintamente, os idosos atribuem as influências a:

6 A queda da taxa da fecundidade também está relacionada a chegada do anticoncepcional no mercado.

apoio/união/incentivo familiar, companhia, amigos e laços afetivos, espiritualidade/fé, sonhos/projeto de vida, hobby, entre outros. Ressaltou-se que os fatores são diversos podendo ser de ordem biológica, física, psicológica, psíquica, social, financeira, emocional, relacionada a hábitos, etc., e que para o envelhecimento bem-sucedido, no sentido de inclusão social, o idoso precisa se adaptar as novas situações e para isso precisa assumir suas limitações. A seguir, foi aberto espaço para que cada um assumisse uma limitação, ficando a critério de um falar ou não (FERGUTZ, 2013, p. 12).

Considerando a contribuição dos idosos neste debate, pode-se concluir que relações estabelecidas no cotidiano - com família, amigos, laços afetivos - podem influir diretamente no processo de envelhecimento dependendo se este idoso sente-se apoiado e valorizado pelas pessoas com quem estabelece uma relação. Portanto, é na produção das relações cotidianas, alicerçadas na lógica capitalista, que instaura-se o desafio de envelhecer nesta sociedade, que mantém reprodução social da velhice como tempo de espera da morte, após o descarte do mundo do trabalho, afetando a forma como os idosos são vistos pelos seus familiares, amigos e pela sociedade como um todo.

Faz-se necessário, portanto, refletir neste cenário de longevidade em como se dá a vivência dos idosos na conformação da sociedade capitalista e nos desdobramentos resultantes neste processo de envelhecer.

Para explicar o que é a sociedade capitalista faz-se necessário compreender o que é o capitalismo. Trata-se de um modelo de sistema sócio, econômico e político que visa a acumulação do capital, tendo em seu modo de produção duas classes sociais necessárias para reprodução do capital. Estas classes sociais correspondem aos proprietários que detêm os meios de produção como propriedade privada (monopólio) e que compram a força de trabalho da classe proletária, classe que necessita da venda da sua força de trabalho para sua subsistência.

Se desenvolve na produção de mercadorias e serviços para consumo, visando o lucro. Nesta conformação, a produção das riquezas se dá de forma coletiva, contudo, a distribuição do lucro produzido é regido pelo mercado, ficando a apropriação com os donos dos meios de produção. Portanto, cria-se a venda e a exploração da força de trabalho do homem, deixando este de produzir para sua subsistência.

A partir destas considerações, a sociedade desenvolve-se nas relações de trabalho, na contradição advinda do trabalho versus a acumulação do capital, sendo “[...] que o pensamento dominante de todas as épocas é o pensamento das classes detentoras dos meios de produção” (ZACARIAS, 2013, p. 55).

Os valores e princípios sociais desenvolvem-se neste cenário econômico-político de disputa entre os capitalistas e a classe trabalhadora. Para sua reprodução e manutenção, o capitalismo estabelece que o ter - ou parecer ter - é mais importante que o ser, criando uma valoração consumista e imediatismo que quer tudo novo, do último modelo, da última geração.

Ocorre neste processo de produção e acumulação do capital a exclusão daqueles que não servem para o mercado do trabalho, como no caso dos idosos, dos jovens sem experiência, dos adultos próximos a idade aposentária.

Deve-se levar em conta que a percepção da velhice se altera de acordo com a época histórica e que o idoso já ocupou o lugar de experiência e sabedoria, tendo status e prestígio. Todavia foi no desenvolvimento da forma de acumulação capitalista que o envelhecer tornou-se objeto de segregação e ampliou-se a discriminação contra o idoso, num sistema perverso que valoriza o novo, o jovem, o belo e marginaliza aqueles que não servem para os padrões atuais em que beleza está diretamente condicionada a juventude, a força e ao vigor físico.

O desafio de viver a velhice com qualidade é posto, em alguns casos, individualmente, tendo-se em vista que cada sujeito deverá buscar adquirir hábitos saudáveis ao longo de sua existência. Orientações e recomendações sobre viver com saúde povoam o dia-a-dia através da mídia, falada e escrita, das publicações, dos seminários, dos congressos, dos cursos que capacitam profissionais a estarem aptos a trabalhar a questão do corpo saudável com funcionamento adequado (COSTA, 2007, p. 36).

Nesta sociedade capitalista tende-se a valorização exacerbada da juventude, que considera a velhice como período dramático, sendo associada à invalidez e ao tempo de espera da morte. Coloca o envelhecimento como processo de responsabilidade individual, tirando a dimensão coletiva e social, estratégia originária das relações capitalistas.

A representação social negativa do idoso perpassa por questões físicas, psicológicas e emocionais, causando na maioria das vezes, o processo de negação da velhice, do não querer pertencer ao grupo dos aposentados. Com certa frequência ouve-se relatos de pessoas mais novas que não querem sair com idosos para não parecer que tem idade.

[...] não podemos esquecer que nos dias atuais a categoria “velhice” tem sido sistematicamente oprimida e desvalorizada quanto a suas potencialidades interventivas sobre a natureza. Ser velho no capitalismo significa literalmente estar ultrapassado, pois, nesse universo, os anos esvaídos, muito mais do que produzem experiência social, engendram desatualização e anacronismos vistos como mazelas a sociedade (PICCOLO, 2011, p. 170).

Estabelecendo um paralelo entre a cultura oriental e a ocidental, verifica-se que na primeira o idoso é considerado sábio e possuidor de poderes e crenças e por isto merece respeito, enquanto que na sociedade ocidental o idoso é tido como aquele que não exerce sua cidadania e deve ser excluído.

O envelhecimento leva as gerações jovens a ver os velhos como diferentes e não considerá-los como seres humanos com iguais direitos e, o que é pior, não permite a eles (jovens) identificar-se com os velhos. Resultado: a tendência é ver a velhice como algo que não nos pertence, como diferentes, como algo que está lá, num futuro mais longe e, portanto, não sentimos interesse, não nos permite nos prepararmos para enfrentar nosso próprio envelhecimento (SALVAREZZA, 1988, apud COSTA, 2007, p. 35).

Com este movimento de aumento dos idosos e de sua discriminação social, faz-se necessário uma estrutura social, econômica e política para que possa dar conta das demandas desta população, contribuindo para que os anos acrescentados possam ser vivenciados de forma digna.

Os idosos como sujeitos de direitos, mas que enfrentam diversos desdobramentos das desigualdades produzidas pela acumulação capitalista, sendo muitos os desafios enfrentados neste processo. O próximo item visa apresentar alguns destes desdobramentos, destacando-se que não há a pretensão de aqui esgotar o assunto, visto a dinâmica do capitalismo que não encerra-se num processo estanque, mas busca renovações e acaba por acarretar em novos desafios para o envelhecimento.

3.1.1 O descarte social do Idoso: de força de trabalho à inativo

Diante da ofensiva do ideário capitalista neoliberal e das transformações sociais que decorrem deste posicionamento ético-político e econômico, diversas expressões da questão social afligem o cotidiano dos idosos.

Os desdobramentos da questão social podem ser observados e materializados em diversas expressões, sendo algumas destas: o descarte do idoso do mercado de trabalho, a reafirmação do estigma social negativo do idoso, a não garantia a renda ou falta de recursos financeiros para subsistência, o exercício da violência contra a pessoa idosa, a falta de acesso à saúde, entre outros.

A sociedade capitalista ideologicamente tem como princípio a individualidade e está ancorada no consumismo e no imediatismo, visando o agora e desconsiderando o passado,

associando o tempo ao desgaste e descarte, transferindo esta concepção para os idosos que são considerados - e por vezes categorizados, como no INSS - como velhos, inativos e debilitados.

O descarte dos idosos não ocorre apenas pela via da aparência, mas também pelo trabalho, mais precisamente na faixa da idade aposentária, acarretando na perda da centralidade do trabalho como modo de organização da vida e da identidade profissional. Socialmente os indivíduos apresentam-se e são reconhecidos pelo nome e pela profissão ou cargo que ocupam.

A contradição deste processo está no fato de que em todo percurso da vida somos impulsionados a trabalhar, a produzir, a vender a força de trabalho e quando o sistema supõe que não temos mais o que oferecer, somos então aposentados/descartados.

A aposentadoria, embora seja direito do idoso, é considerado praticamente um rito de passagem, permeado pela exclusão. É o marco oficial, e legal, de adentrada nesta nova etapa que no ideário capitalista promete debilidade e a espera da morte, muito embora não seja sinônimo de velhice, visto que há pessoas com menos de 60 anos aposentadas.

O ser velho representa um conjunto de atribuições e transformações negativas que estão ligadas ao conceito tradicional de velhice. No imaginário social o velho está diretamente associado à estagnação e perdas que levam à ruptura e ao isolamento; inflexibilidade decorrente de apego a valores ultrapassados e cristalizados que também levam ao isolamento social; imagem negativa do aposentado, significando um final de vida, falta de capacidade pessoal e a exclusão da rede produtiva; pessoa que necessita de cuidados, sem força, sem vontade, sem vida, doente, incapacitado e que por todos esses motivos fez opção pela passividade (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 8).

Este estigma social negativo do idoso relaciona-se também a perda da imagem adequada e o consumismo em torno de serviços que propiciam a ditadura da beleza padronizada, tem a “fórmula rejuvenescedora” sendo vendida em potes de cremes para todas as idades, inclusive para jovens de 25 anos que precisam manter sua juventude.

O medo do corpo envelhecido permeia o imaginário social. As rugas causam pavor. O principal simbolismo do envelhecimento transparece por meio da aparência física. Diversas técnicas e aparelhos são difundidos como armas contra a velhice e os efeitos físicos decorrentes. O mercado oferece soluções para retardar, camuflar ou mesmo evitar o envelhecimento.

As representações sociais postas atribuem significados a realidade, permeiam um sistema simbólico que resulta num conhecimento sobre o mundo, uma percepção. Estas representações são manifestadas através de palavras, sentimentos, gestos, condutas e se

institucionalizam. A grande questão, é compreender a medida e a maneira que este sistema simbólico se interliga com os conflitos sociais, como se manifesta e como o transforma (AGUIAR; NASCIMENTO, 2005).

Uma das possíveis consequências deste sistema de valores existentes socialmente (valorização da juventude) é a violência contra a pessoa idosa, visto que o imaginário social é permeando da imagem do idoso como inútil, inclusive para continuidade da reprodução social do trabalho. Esta atribuição pode impulsionar e contribuir para o processo de depressão e isolamento do idoso, reafirmando o estigma social negativo de velhice, produzindo um ciclo de causa/consequência.

Além disso, outro aspecto que contribui para a diminuição do status social do idoso, também considerado como um meio de agressão, é, sem dúvida, o rápido desenvolvimento tecnológico dos anos recentes. Uma das consequências disso é o despojamento das habilidades dos idosos, fazendo com que as suas contribuições para a sociedade em que vivem sejam menos relevantes (ELSNER; PAVAN; GUEDES, 2007, p. 48).

A compreendida “inutilidade” do idoso para o trabalho, para gerar renda, para desenvolver suas habilidades reforça sua vulnerabilidade diante deste sistema de valor, que atribuí a lucratividade para todas as áreas da vida humana.

Ressalta-se ainda que a maioria dos idosos têm sua fonte de sustento ancoradas nas aposentadorias e pensões, sendo que, essa fonte de rendimento na maioria dos casos não assegura a subsistência de forma adequada, gerando uma condição socioeconômica precária, resultando na vulnerabilidade deste idoso. A contradição coloca-se no fato da aposentadoria ser um direito que deveria incluir o idoso na sociedade, contudo, do ponto de vista econômico não atende as necessidades de sobrevivência, justamente dos que possuem renda mais baixa e que geralmente apresentam um envelhecimento patológico, requerendo mais recursos.

O salário mínimo de aposentadoria recebido por maioria dos idosos diz do posicionamento do Estado frente a regressão dos direitos sociais como estratégia neoliberal para manutenção do capital. É crescente o número de idosos que sustentam suas famílias, este fato é agravante quando está é a única fonte de renda da família que este ainda sustenta - filhos e netos desempregados, por exemplo.

Deve-se considerar ainda o fato de que muitos idosos permanecem inseridos de forma precária no mercado de trabalho, exercendo muitas vezes funções que não são compatíveis com suas condições físicas ou mesmo sendo exploradas sua condição de idoso, como no caso de empresas que contratam idosos para fazer o serviço bancário, já que este usufrui do direito

de fila preferencial. Ocorre ainda que alguns idosos que permanecem trabalhando não tem salários condizentes, considerando que recebem suas aposentadorias e por consequência, na visão do empregador, não necessitam de níveis altos de salários.

A falta de renda ocasiona a vulnerabilidade deste idoso, que pode ser manifestada por meio da violência patrimonial⁷ contra a pessoa idosa, sendo retirada a autonomia poder meio da tomada da aposentadoria pela família.

O envelhecimento populacional também é um fator que tem influenciado na diversificação das estruturas familiares, considerando que

O maior número de casos de violência contra idosos acontece no contexto da própria família [...] o processo de nucleação das famílias, o número reduzido de filhos, a emancipação das mulheres, o questionamento da hierarquia masculina e as exigências do mundo de trabalho, entre outros fatores, levaram ao surgimento de estruturas variadas de famílias. Isso não só levou a novos problemas e desafios na educação familiar, como trouxe também consequências a respeito da relação com os membros mais velhos da família (BLESSMANN, 2012, p. 13).

O Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde (OMS, 2002) corrobora esta compreensão que as condições de pobreza apresentam-se como fator de risco e vulnerabilidade das pessoas idosas. Contudo, ressalta que não é apenas este fator que influencia na violência, enfocando as mudanças políticas-econômicas como criadoras de condições para o risco de abuso e violência. Dentre estas transformações, estão:

As políticas econômicas neoliberais; Alto índice de desemprego; Corrupção [...]; Falta de estabilidade e segurança social (razão pela qual há uma proposta de haver um lei de proteção social de subsídio universal às pessoas idosas); Expressão visível de agressividade, especialmente entre os jovens [...] (SILVA, 2011, p. 74).

Portanto, o ideário neoliberal de enxugamento do Estado e das políticas sociais públicas acarreta na regressão de direitos já alcançados, servindo o sistema político-econômico como produtor de desigualdades e corresponsável pela violência exercida socialmente contra os idosos. Sendo assim, destaca-se que o Estado muitas vezes ocupa o papel de agressor quando não proporciona condições adequadas e deixa de ser o provedor e executor de políticas sociais.

A realidade de desigualdades sociais e regionais encontradas em países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, revela que grande parte dos idosos não encontra o

⁷ Diz respeito à exploração ilegal ou imprópria, ou uso não consentido de fundos financeiros ou recursos materiais ou patrimoniais do idoso (BLESSMANN, 2012). Inclui-se no abuso financeiro a “[...] extorsão e controle do dinheiro da pensão, além da apropriação de bens móveis e imóveis e a exploração dos idosos como, por exemplo, a coação à mendicância” (CARVALHO, 2011, p. 48).

amparo necessário no sistema público de saúde, nem mesmo na previdência, resultando num acúmulo de sequelas de doenças que por vezes acarretam em incapacidades que geram a perda da autonomia e da qualidade de vida, conseqüentemente (ELSNER; PAVAN; GUEDES, 2007). Este ciclo de conseqüências pode ser considerado como forma de agressão contra o idoso, advindo daquele que tem o dever de prover considerações para cuidado com o idoso, o Estado, que não garante a efetividade das leis, como no caso o Estatuto do Idoso (2003).

Nasri (2008, p. 5) aponta ainda que “[...] a expectativa de vida média dos brasileiros aumentou em quase 25 anos, nos últimos 50 anos, sem que tenhamos observado melhoras significativas nas condições de vida e de saúde da população”.

A política de saúde do Brasil, embora resulte numa grande conquista da sociedade por ser de caráter universal, atravessa por uma tentativa de desconstrução e privatização do setor, não havendo de fato o investimento necessário para o enfrentamento do processo saúde-doença.

No caso dos idosos, as condições de saúde são agravadas pela falta de agilidade no atendimento, ficando estes a mercê dos planos de saúde privado que visam a mercantilização do acesso à saúde através da cobrança absurda de mensalidades para pessoas acima dos 60 anos.

A exploração e mercantilização da velhice acontece não apenas com produtos, serviços de beleza e com a saúde, mas também com a exploração do tempo livre por meio da oferta de pacotes turísticos, academias adaptadas, etc. Pontua-se que tais serviços são importantes para promover a qualidade de vida dos idosos, contudo, a taxaço de preço na maioria das vezes visa a exploração financeira.

Avante faz-se necessário uma reflexão social e coletiva sobre o envelhecimento e o lugar que o idoso tem ocupado na sociedade capitalista propondo formas de enfrentamento e valorização do idoso, por meio da não discriminação e inclusão social, já que

[...] a velhice é encarada aqui como uma construção histórica, uma vez que a posição social ocupada pelos idosos não são as mesmas em distintos países, regimes sociais ou tempos cronológicos. As concepções e práticas que temos sobre os idosos podem e devem ser transformadas, objetivando que todos possam ser encarados não apenas como participantes, mas também atores e autores da sociedade da qual fazem parte (PICCOLO, 2011, p. 171).

O enfrentamento deste pensamento socialmente aceito sobre o idoso pode e deve ser revertido por meio da resistência e da garantia de direitos fundamentada no exercício

profissional do assistente social. Neste sentido, na vivência de estágio curricular em Serviço Social no Projeto CELARI⁸ buscou-se através de um projeto de intervenção contribuir nesta direção.

3.1.2 Possibilidades interventivas junto a população idosa: a vivência do estágio

Frente aos desafios apresentados no capítulo anterior, no que refere-se ao desafio de envelhecer na sociedade capitalista e de se viver com cidadania e dignidade nesta etapa da vida, compreende-se que o assistente social deve ser um profissional atento e crítico quanto a realidade, mas que também deve ser propositivo, não fazendo a crítica por crítica, porém buscando o enfrentamento da realidade apresentada.

Ressalta-se a necessidade de "reflexão, análise e proposição de novas alternativas de intervenção profissional, em que constantemente o conhecimento vai sendo reinventado, influenciando na vida das pessoas e no contexto social como um todo" (KIST, 2008, p. 61).

Nesta direção, na busca pelo enfrentamento da negação da velhice - expressão da questão social identificada na realidade dos idosos, na vivência do estágio - realizou-se um projeto de intervenção por meio de uma oficina intitulada "Oficina de fotografia: o Idoso que eu quero ver". O objeto geral consistiu em promover reflexão sobre a imagem social do idoso participante do projeto com vistas a oportunizar a análise de sua própria identidade e seu papel social através da fotografia como ferramenta.

A relevância deste projeto de intervenção esteve na sensibilização e promoção de novas possibilidades de construção da imagem social do idoso, reconhecendo-o enquanto sujeito de direito e capaz de exercer um papel social ativo na sociedade, tendo em vista "[...] a influência exercida pelos meios de comunicações atuais reflete a cultura e ideologia dominantes de um povo que supervaloriza os atributos da juventude" (COSTA, 2007, p. 31).

A pertinência na realização deste projeto de intervenção esteve relacionada também a contribuição para garantia dos direitos dos idosos, de não ser discriminado quanto à raça, etnia, gênero, idade, entre outros, conforme previsto no Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993), oportunizando a inclusão dos idosos nas reflexões sobre o envelhecimento e sobre a representação social colocada sobre a imagem do idoso. Desta forma, a importância

⁸ O Projeto é destinado para pessoas idosas, entretanto, considera a faixa etária igual ou superior a 50 (cinquenta) anos para participação numa perspectiva de prevenção, visto que o Estatuto do Idoso instituí, como forma de regular os direitos dos assegurados, que se considerada idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

está na ação de desvendar o que está posto por trás desta construção social do envelhecimento, de uma sociedade capitalista que põe a margem todos aqueles que não servem para o capital, estigmatizando e isolando da convivência social.

Os debates realizados nas oficinas demonstraram as dificuldades dos idosos participantes em pensar em representações sociais, mas colocaram que: "Fazemos coisas que outros não fazem, este projeto é diferente não nos trata como limitados" (J.); "Quero ser uma idosa que dança, que canta, que fala" (S.); "Já sou outra pessoa desde que comecei a oficina" (E.). Ou seja, juntamente com outras colocações evidenciou-se que os participantes da oficina são ativos, tem vida em movimento, autônomos, posicionados o que contribui para a inserção social e é esta imagem que transmitem onde passam.

Visando envolver os idosos na reflexão sobre o envelhecimento, possibilitando novos significados pessoais e sociais para a velhice, uma idosa inferiu que "A contribuição que as discussões sobre a imagem social do idoso que é um ser em constante movimento e uma vontade de estar mais inserido na sociedade como participantes do mundo como um todo" (M.). Portanto, o idoso vive em constante movimento e que almeja estar inserido socialmente, o que diz da compreensão de que socialmente há a exclusão de muitos idosos, o que não foi referido por nenhuma outra idosa. Mas que ao contrário, relatam o individual, não pensando no segmento, mas em si própria: "A imagem do idoso para mim e a resposta da vida de cada um, suas vivências e suas experiências" (S.).

O desafio do projeto de intervenção esteve permeado pela necessidade de promover uma atividade que despertasse o interesse e participação dos idosos, mas que ao mesmo tempo incluísse um conteúdo que possibilitasse a transformação da imagem social negativa do idoso.

Para promover esta transformação, foi necessário que as três dimensões da profissão permanecessem indissociadas e servissem como norte para intervenção profissional. Cabe ressaltar que é de extrema importância que o tema abordado nas oficinas demandou o cuidado de estar de alguma forma vinculado com o cotidiano dos participantes, além do que devem ser apresentados de forma não intelectualizada, mas de fácil compreensão (AFONSO, 2005).

Perante a necessidade de propor atividades criativas que fossem de interesse dos idosos, foi criada também a "Oficina cultural: Explorando a colonização do Rio Grande do Sul" que visou o estudo da imigração de italianos, alemães, açorianos e poloneses no estado, associando o interesse por atividades de lazer ligadas a cultura e ao turismo. A mesma teve por objetivo estimular o interesse dos idosos por atividades de lazer com conteúdo cultural que incentivem o estudo e a aplicação do conhecimento adquirido.

A oficina era realizada por módulos - um para cada etnia colonizadora - compostos por 5 encontros, que abordavam a história da imigração, a chegada dos imigrantes, seus hábitos e costumes incluindo a culinária, música, jogos tradicionais e cidades que cultivam sua cultura. Os conteúdos apresentados eram fruto das pesquisas feitas pelos participantes e apresentados em cada encontro. Ao final de cada módulo, realizava-se um passeio a cidade escolhida pelo grupo que preservasse as características da colonização estudada.

A oficina rompeu com um dos mitos do envelhecimento, colocando o idoso como aquele que não é mais capaz de aprender. Entretanto, o retorno dos participantes demonstrou o contrário, “através da participação na oficina aumentei minha capacidade de aprender e saber que sou capaz de aprender coisas novas” (F) e “adorei a oficina, pois está abrindo horizontes que jamais imaginei conhecer” (S.).

De acordo com Delors (1996), a aprendizagem é um processo em permanente construção, que inicia-se ao nascer e se prolonga por todas as fases da vida. Aprender a conhecer, a fazer, a viver com os outros e a ser, o que justifica a promoção de atividades que promovam a educação para os idosos, considerando que estes possuem a capacidade para aprender e também para ensinar.

O trabalho do assistente social deve se direcionar neste sentido, para a garantia de direitos dos idosos, sendo que o Estatuto do Idoso prevê no Art. 3º, que os direitos dos idosos consistem na no direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

Desta forma, compreende-se que alguns direitos podem ser oportunizados por meio de atividades de grupo ou oficinas, com diferentes tipos de atividades, como: artesanato, pilates, hidroginástica, dança, informática, fotografia, cultural, rodas de conversa, cinedebates, entre outras.

Efetivando o direito ao convívio, contribui-se para promoção e prevenção da saúde, bem como para melhora da qualidade de vida. Contudo, existem outras formas de efetivar direitos que é pela via da informação, podendo-se realizar um trabalho coletivo para pensar a política, seguindo o viés da participação social nos espaços institucionalizados, como o Conselho do Idoso, tanto a nível municipal quanto estadual. Outra forma usual de abordar os direitos dos idosos é por meio do estudo do Estatuto do Idoso, contribuindo com o conhecimento de seus direitos.

Nesta perspectiva, compreende-se a necessária apreensão sobre os direitos instituídos e políticas sociais públicas que possam contribuir para responder ao conjunto de necessidades que demanda este segmento.

3.2 As Políticas sociais públicas para o Idoso:resistência e envelhecimento digno

Como já abordado, o tema do envelhecimento é recorrente na atualidade devido ao envelhecimento populacional a nível mundial, advindo deste novo cenário demandas e discussões sobre a garantia de políticas sociais públicas que possibilitem o acesso aos direitos e a possibilidade de um envelhecimento digno.

Segundo Heredia e Casara (2000 apud BLESSMANN, 2012), as questões dos idosos foram inseridas na agenda pública após a realização das duas Assembleias Internacionais, 1982 e 2002 respectivamente, que trataram sobre o envelhecimento populacional como fenômeno mundial.

A primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento foi realizada em Viena, em 1982, e contou com a participação de 112 países chamados pela ONU e OMS, com a proposta de comprometimento político dos governos na promoção de ações orientadas em “[...] programas nacionais com foco nos princípios de independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade da pessoa idosa” (HEREDIA; CASARA apud BLESSMANN, 2012, p. 20). Houve a tomada de consciência quanto a dimensão mundial do envelhecimento acelerado, principalmente nos países da América Latina. A assembleia resultou na criação do Plano de Ação Internacional, amparando princípios como:

[...] melhorar o bem-estar de toda a população, com base na ampla participação; evitar situações de discriminação; adequar as iniciativas dos países no contexto de suas tradições, de seus valores e de suas estruturas; valorizar a contribuição cultural e socioeconômica das pessoas idosas; valorizar e apoiar a família como núcleo de cuidado; preparar toda a população para as etapas posteriores da vida (BLESSMANN, 2012, p.40).

Tais princípios devem integrar as políticas sociais, considerando o envelhecimento como processo inerente a todo ser humano, e que perdura durante toda vida, sendo que a iniciativa objetiva uma vida com dignidade e cidadania para os idosos.

O plano possui a recomendação de execução por parte dos governos, que devem observar as demandas das pessoas idosas e das comunidades, compreendendo o envelhecimento na sua heterogeneidade, para propor atividades adequadas.

Aos governantes, enquanto encarregados de formular políticas e estratégias, cabe identificar o impacto do envelhecimento sobre as políticas, no caso brasileiro, as de Saúde, de Assistência Social e Previdência, e sobre a estrutura social de modo geral; estabelecer mecanismos interdisciplinares e multissetoriais no seu seio, uma vez que poderão se constituir em um meio eficaz para incluir o envelhecimento nos programas de governo; evidenciar a eficácia das medidas a serem adotadas pela preparação, execução e pelo acompanhamento coordenado nas três instâncias político-administrativas e ainda, definir objetivos a curto, médio e longo prazo, para garantir efetivação (BLESSMANN, 2012, p. 41).

As recomendações do Plano de Ação também afirmam que as ações dos governos devem estar alinhadas como os organismos internacionais, visando a cooperação para intercâmbio de informações.

Já a II Assembleia Internacional, ocorreu em 2002 em Madrid, e resultou no Plano de Ação Internacional, que elegeu prioridades para que os governos efetivassem a garantia de direitos dos idosos. Os princípios envolveram a independência, a participação, a assistência, a autorrealização e a dignidade. A partir destes princípios discorreu-se sobre a necessidade de observar questões demográficas e epidemiológicas, além das carências, demandas, anseios, potencialidades e habilidades desta população. O II Plano de Ação, construído pela assembleia, envolveu questões relacionadas a infraestrutura, saúde e bem-estar social. Conforme Blessmann (2012, p. 21), “o documento tornou-se uma ferramenta para o esboço de políticas voltadas para o envelhecimento populacional”, constituindo-se como pilares que sustentam as diretrizes nacionais.

O Plano de Ação Internacional de Madrid, visa a promoção do desenvolvimento das sociedades para todas as faixas etárias, resolvendo adotar medidas tanto a nível nacional, quanto internacional, tendo três direções prioritárias: “idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem-estar na velhice e, ainda, criação de um ambiente propício e favorável” (Plano de Ação Internacional, 2003, p. 18). Alguns dos objetivos do Plano de Ação consistem em

[...] garantir que em, todas as partes, a população possa envelhecer com segurança e dignidade e que os idosos possam continuar participando em suas respectivas sociedades como cidadãos com plenos direitos [...] oferecer um instrumento prático para ajudar os responsáveis pela da formulação de políticas a considerar as prioridades básicas associadas com o envelhecimento dos indivíduos e das populações (PLANO, 2003, p. 29).

Portanto, os objetivos dos Planos de Ação Internacional referem-se a embasar pilares de sustentação para diretrizes nacionais quanto a política a ser adotada diante do envelhecimento populacional.

Referente a população idosa brasileira, seus direitos começam a ser delineados também através Constituição Federal de 1988, a primeira a versar sobre a proteção legal/jurídica dos idosos, estabelecendo responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em amparar os idosos. Todavia, os direitos permanecem incipientes e resumidos em apenas dois artigos constitucionais:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988).

Ou seja, além de conferir a responsabilidade as famílias, sociedade e Estado, prevê o benefício da gratuidade do transporte coletivo para pessoas acima de 65 anos. Ainda que os direitos previstos estivessem aquém do necessário para atender as demandas do envelhecimento, a Constituição de 88 é o marco legal para ampliação da garantia dos direitos sociais dos idosos.

A Constituição de 1988 prevê ainda no Art. 203, Inciso V, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), regulamentado posteriormente pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, que garante aos deficientes físicos e aos idosos com mais de 65 anos, que comprovem não possuir forma de garantir seu sustento nem de tê-lo provido pela família, o repasse de um salário mínimo mensal.

Num avanço significativo, em 1994 através da Lei 8.842 é instituída a Política Nacional do Idoso, regulamentada em 1996 pelo Decreto 1.948, que traz a ampliação dos direitos dos idosos, além de instituir espaços de controle social por meio dos Conselhos do Idoso. O cenário social para instituição da política é de crise no atendimento à pessoa idosa, possibilitando a reformulação da estrutura disponível de responsabilidade do governo e da sociedade civil (FERNANDES; SANTOS, 2007).

No desenrolar da história, em 01 de outubro de 2003 é instituído o Estatuto do Idoso, a partir da Lei Nº 10.741, significando um avanço visto que introduz direitos que visam a qualidade de vida dos idosos e estabelece medidas protetivas, conforme declaração do próprio presidente:

No ato da sanção do Estatuto do Idoso o presidente Luiz Inácio da Silva proferiu o seguinte discurso: A partir deste Dia Internacional do Idoso de 2003, envelhecer neste país é mais do que sobreviver, é mais do que resistir, é mais do que ficar olhando a porta à espera da visita que não vem. A partir de hoje a dignidade do idoso passa a ser um compromisso civilizatório do povo brasileiro” (SANTIN, 2005, p. 93-94).

O Estatuto do Idoso prevê que o idoso deve gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, atribuindo como obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso a efetivação de todos os seus direitos.

Em seus 118 artigos traz “uma legislação capaz de ensejar profundas mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas, visando ao bem-estar das pessoas idosas do Brasil” (SANTIN, 2005, p. 94). Dentre as mudanças, estão as disposições sobre os direitos sociais desta população, contendo direito à saúde, assistência social, previdência, educação, trabalho e moradia.

Em relação aos direitos salvaguardados pela legislação, muito bem colocou Santin,

[...] a efetividade das normas protetivas dos direitos dos idosos e do próprio princípio da dignidade da pessoa humana são um processo, pois a simples elaboração de textos legais, mesmo que contemplem todos os direitos, não é suficiente para que o ideário que os inspirou se introduza efetivamente nas estruturas sociais, passando a reger com preponderância o relacionamento político, jurídico, econômico, cultural e social de seus integrantes. Trata-se de uma luta diária de conquista efetiva desses direitos, que passa não apenas pelos poderes constituídos, mas por cada cidadãos (2005, p. 98-99).

Conforme afirma Blessmann (2012), o Estatuto alargou os direitos dos idosos e definiu o sistema de proteção e defesa, considerando as respectivas competências dos órgãos, e impõe sanções as famílias, instituições e ao Estado em caso de não observância ou violação dos direitos deste segmento.

Diante das políticas brasileiras destinadas especificamente para população idosa, observa-se que estas primam pela promoção de autonomia, integração, participação efetiva, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária as pessoas idosas (BLESSMANN, 2012), conforme proposto pelos Planos de Ação Internacional, visando o reconhecimento e exercício da cidadania por parte dos idosos. Entretanto, apesar do Estatuto dispor sobre a garantia de direitos dos idosos, “[...] constata-se uma grande distância entre o formal e o real na implementação desses direitos” (BLESSMANN, 2012, p. 61).

Sendo assim, para combater a violência exercida socialmente contra a pessoa idosa e para alterar o estigma social negativo do idoso é necessário erradicar a cultura da discriminação, da padronização segundo um modelo pré-definido socialmente, enfatizando as

possibilidades e habilidades dos idosos como parte integrante e capaz de contribuir com da sociedade.

O enfrentamento das expressões da questão social que intercorrem os idosos “[...] passa pela importância a ser dada a legislação específica, que assegura os direitos e que propõe a efetivação de ações para tal, além de uma rede estruturada e diversificada para dar conta das violações” (BLESSMANN, 2012, p. 63). Assim sendo, compreende-se a relevância das políticas sociais públicas que visam efetivar a garantia de direitos inerentes ao homem, visto que verifica-se que não é apenas a população idosa que sofre violações, gerando tensionamento nas relações e vulnerabilidade das famílias que acolhem estes idosos, podendo impulsionar o uso do poder.

É igualmente necessário criar programas educacionais e campanhas de prevenção para que o público em geral possa identificar os sinais de abuso e denunciar as situações, treinar os profissionais da saúde e da área social com responsabilidades na proteção dos idosos [...] (CARVALHO, 2011, p. 62).

O envelhecimento populacional requer a efetivação das políticas sociais, não apenas as específicas para o público idoso - Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso são exemplos -, mas da interconexão entre as políticas sociais com vistas a compreender todos os campos de necessidade dos idosos para promover a melhora qualidade de vida daqueles que alcançam e ultrapassam os 60 anos de idade.

Pensar em políticas sociais requer considerar os aspectos políticos, já que este não está descolado do aspecto econômico da sociedade. Ou seja, as políticas sociais apresentam-se como forma de resistência a realidade política neoliberal, garantindo, ainda que apenas legalmente, direitos dos idosos para que possam desfrutar com gozo esta etapa da vida. Bem sabe-se que as políticas sociais também funcionam como mecanismos para manutenção política, ainda assim podendo ser uma via de enfrentamento e luta por condições dignas na velhice.

Portanto, é por meio de iniciativas públicas, da formação de uma rede de atenção ao idoso que se possibilita o desencadeamento de processos de envelhecimento amparados socialmente pelas esferas municipal, estadual e federal. Necessita-se do envolvimento de todos os segmentos etários da sociedade, bem como das políticas setoriais e de direitos para que de fato haja a efetivação da proteção social dos idosos. Contudo, é imprescindível a participação dos idosos e de suas instituições representativas para que tal objetivo seja alcançado.

Diante do exposto conclui-se que o envelhecimento não é um processo dado ou estanque, mas heterogêneo que necessita de condições objetivas no campo da saúde - física, emocional e psicológica -, sociais, financeiras, entre outras, sendo diversos os fatores e influências que acabam por determinar como será este período da vida para cada pessoa.

A apropriação do exposto neste capítulo é muito relevante para o assistente social, uma vez que este é um profissional que busca contribuir com o acesso e garantia de direitos através de seu trabalho. No entanto, embora a vivência em um projeto que atende a população idosa tenha possibilitado a observação e acompanhamento do trabalho do assistente social, bem como a execução de um projeto de intervenção já referido neste trabalho, muitas foram as inquietações e dúvidas que permaneceram mesmo com o término deste processo no que se refere ao trabalho do assistente social em projetos que atendem a população idosa na perspectiva de contribuir para o acesso aos direitos deste segmento.

Sendo assim, optou-se por realizar uma pesquisa que pudesse trazer novos subsídios para o desvendamento da realidade com vistas a contribuir na reflexão e análise do trabalho do assistente social em projetos que atendem a população idosa.

4 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM A POPULAÇÃO IDOSA: desvendando a realidade por meio da pesquisa

Na perspectiva de contribuir com a qualificação da discussão quanto o trabalho do assistente social no atendimento a população idosa e com a finalidade de compor com o conhecimento já acumulado sobre o tema principalmente pela vivência de estágio curricular em Serviço Social conforme já referido, desenvolveu-se uma pesquisa⁹ denominada como "O trabalho do assistente social com a população idosa: desvendando desafios e possibilidades".

Compreende-se a relevância da pesquisa por sua possibilidade de agregar conhecimento e permitir sucessivas aproximações com a realidade. Nesta perspectiva, a pesquisa teve o propósito de compreender como se constitui o trabalho do assistente social em projetos que atendem a população idosa, considerando-se o acelerado processo de envelhecimento que é inerente ao ser humano, mas que experimenta no modelo de sociedade capitalista a exclusão e violação de direitos dos idosos.

⁹ Aprovado pela Comissão Científica do Instituto de Psicologia da UFRGS e pelo Comitê de Ética da UFRGS.

Este processo de investigação visa contribuir para reflexões aprofundadas e importantes sobre a particularidade do trabalho do assistente social que atende este segmento, levando-se em conta a pouca produção acadêmica e científica sobre o tema. Compreende-se que a apreciação dos achados da pesquisa permitem a reflexão ancorada na realidade, ainda que a mesma apresente-se apenas como uma aproximação, acrescentando acúmulo teórico e análises, a partir de estudo de caso, para pensar a profissão.

A pesquisa realizada tem caráter qualitativo, na perspectiva exploratória e descritiva, baseada no método do materialismo histórico. Realizou-se também uma busca bibliográfica como forma de obter acúmulo de conhecimento sobre o que já está sistematizado sobre determinado assunto. Os dados foram coletados a partir da delimitação de uma amostra, que visa conhecer características de uma certa população, analisando alguns elementos e chegando a resultados aproximados ou estimativas.

Parte-se do território de análise compreendido enquanto cidade de Porto Alegre, considerando que dados do censo demográfico de 2010 apontam que as regiões sul e sudeste representam as regiões mais envelhecidas do país. A população de idosos residentes na cidade de Porto Alegre em 2010 representava 15% da população total da cidade (10.693.929) e a expectativa de vida que era de 67 em 1970 subiu para 74 anos em 2010 (IBGE).

Mesmo diante de um número tão significativo de idosos na cidade, ressalta-se a limitação quanto a compreensão da totalidade de projetos que atendem esta população, visto que posterior a realização de levantamento¹⁰ para identificar o número de projetos que atendem a população idosa em Porto Alegre, concluiu-se que não há uma instituição que disponha de tal informação. Diante do conhecimento de determinados projetos que atendem a população idosa, optou-se por uma entidade representativa de cada setor: um projeto de instituição pública, outro projeto de instituição privada com fins públicos e um projeto do Terceiro Setor.

A amostra foi composta por 3 (três) assistentes sociais que trabalham em projetos que atendem a população idosa e por 3 (três) idosos que participam respectivamente destes projetos, indicados pelos profissionais. Para coleta de dados utilizou-se como técnica a entrevista semi-estruturada, com suporte de roteiro contendo questões abertas e fechadas.

¹⁰ Verificou-se junto ao COMUI, que informou não possuir uma listagem completa, afirmando que possuem apenas 8 instituições cadastradas, sendo estas as que recebem recursos municipais. A FASC informou que possui cadastro apenas dos serviços específicos para população idosa ofertados pela política de Assistência Social, tratando-se de projetos realizados nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), nos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e no Centro dia do Idoso (Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas Idosas) sob a coordenação da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

No cumprimento da resolução 466 (2012), foram resguardados todos os cuidados éticos, posterior a aprovação da pesquisa. Após contato com as coordenações das entidades¹¹ houve agendamento e coleta de dados com os sujeitos definidos pela amostra.

Para a análise, foi empregada a análise de conteúdo, tendo como categorias de mediação do método a contradição, a historicidade e a totalidade e as categorias definidas a priori: o trabalho do assistente social, a identidade do serviço social e o envelhecimento que serão analisadas a seguir.

Neste capítulo serão apresentados os achados da pesquisa abordando primeiramente os elementos constitutivos dos processos de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos. Posteriormente o segundo item visa a reflexão sobre a identidade profissional dos assistentes sociais, trazendo para discussão a compreensão da identidade do assistente sociais sob ótica dos idosos e contrapondo com a visão dos profissionais sobre sua identidade profissional. E para finalizar este capítulo, será abordado como o trabalho das assistentes sociais pode contribuir com a consolidação do PEP e com a garantia de direitos dos idosos, apresentando os condicionantes que favorecem ou dificultam o desenvolvimento do trabalho.

4.1 O Trabalho do Assistente Social em Projetos que atendem a população idosa

Com a finalidade de dar voz aos assistentes sociais, enquanto trabalhadores, e aos idosos, enquanto sujeitos usuários a quem se destina seus serviços prestados, esta investigação busca compreender como se constitui o trabalho do assistente social no atendimento a população idosa.

No intuito de salvaguardar as identidades dos sujeitos entrevistados, os profissionais serão referenciados como Sujeito 1, 2 e 3 e os idosos como Idoso 1, 2 e 3, no decorrer do capítulo. Já análise dos achados da pesquisa sobre o trabalho do assistente social no atendimento a população idosa será apresentada em subitens que compõem os elementos constitutivos do trabalho, para favorecer a compreensão.

O primeiro apresenta o **perfil dos sujeitos pesquisados**. Na sequência, o segundo subitem trata de inferir **como o assistente social concebe e reconhece seu objeto de trabalho** no atendimento aos idosos, visando o reconhecimento das expressões da questão

¹¹ Foi enviado para todas entidades através de suas coordenações a proposta da pesquisa, bem como o documento denominado como Termo de Concordância Institucional, para que, após aprovação, se iniciassem os contatos e coleta de dados com os sujeitos pesquisados. Lembrando que a participação poderia ocorrer ou não a partir da disponibilidade das entidades, dos profissionais e ou idosos. Os sujeitos da pesquisa também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

social identificadas pelos profissionais.

No terceiro subitem será evidenciado **as particularidades e instrumentos utilizados pelo assistente social** com a finalidade de evidenciar as **metodologias empregadas** para enfrentamento das expressões da questão social.

O quarto e último subitem, tem como finalidade refletir sobre o **produto resultante do trabalho do assistente social** em projetos que atendem a população idosa.

4.1.1 Perfil dos sujeitos participantes da pesquisa

Da totalidade da amostra dos idosos, dois informaram que são atendidos pelo Serviço Social há, mais ou menos, 4 anos. Já o terceiro idoso iniciou no projeto há quatro meses. Informaram ainda que não participam de outros projetos destinados a população idosa. Quanto as atividades que participam junto ao Serviço Social, são variadas, desde grupo que estuda os direitos sociais, até idosos que participam de atividades de cultura e lazer, como jogos, ida ao cinema/teatro, entre outros.

Dos assistentes sociais entrevistados, todos se formaram em unidades de ensino no estado do Rio Grande do Sul. As unidades de ensino são: a antiga Faculdade Canoenses, hoje conhecida como Universidade Luterana do Brasil (ULBRA); a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) que apresenta-se como referência no ensino de Serviço Social no estado; e outro sujeito formou-se na Univale, uma unidade de ensino a distância.

Destaca-se que das 3 unidades de ensino, 2 apresentam cunho confessional ligada a uma religião, o que relaciona-se a gênese da profissão que era ancorada na benevolência da Igreja.

Quanto ao ano de conclusão de curso, dois assistentes sociais concluíram a graduação recentemente, em 2004 e 2010. Porém, o terceiro entrevistado informou que finalizou o curso de Serviço Social em 1984, o que significa dizer que em sua formação não foi contemplada as diretrizes curriculares de 1996 que instituiu um avanço em relação ao currículo de 1982, fundamentando os eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo como indissociáveis e essenciais para o exercício profissional, considerando a redefinição da direção social da profissão pós movimento de reconceituação.

Observa-se que há, para além da graduação, um investimento no que se refere a qualificação profissional identificada nesta amostra para a o aprimoramento do trabalho com

este segmento, pois um dos entrevistados possui especialização em Gerontologia Social e outro possui mestrado na área do envelhecimento, sendo sua pesquisa relacionada a qualidade de vida dos Idosos com Alzheimer.

Identifica-se que há uma ênfase na gestão no desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais entrevistados, considerando que dois deles executam a coordenação do setor de serviço social dentro de suas respectivas instituições. Atividade esta, prevista na Lei 8662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão) Art. 4, alínea X, que refere que o assistente social tem como competência "planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social" e no Art. 5, alínea XII, refere como atribuição privativa do assistente social "dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas".

É possível com os dados coletados inferir que dois dos três assistentes sociais entrevistados possuem um significativo tempo de experiência no trabalho com a população idosa variando, entre 20 (vinte) anos e 7 (sete) anos. O terceiro profissional possui o menor tempo, 01 (um) ano de trabalho diretamente com este segmento.

4.1.2 O Objeto de trabalho de trabalho do assistente social no atendimento aos idosos

O objeto de trabalho do assistente social é tema de discussão na profissão desde a reconceituação da profissão. Sabe-se que é a partir da ruptura com o conservadorismo que compreende-se a intervenção do assistente social na perspectiva de trabalho e o assistente social como trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho.

Compreende-se que "todo processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto" (NETTO, 2012, p. 61).

Para entender os processos de trabalho nos quais se insere o assistente social, faz-se necessário, como afirma Yamamoto (2013, p. 62), questionar "qual é o objeto de trabalho do Serviço Social?". Neste sentido, a pesquisa buscou ouvir tanto os assistentes sociais quanto os idosos sobre o que concebem como objeto de trabalho do assistente social.

Na percepção dos idosos o objeto de trabalho do assistente social se relaciona com o sentimento humano, a integração das pessoas, trazendo o aspecto das relações cotidianas com outros idosos, com familiares e com a sociedade como um todo. Estas percepções, embora

não estejam erradas, pois podem ser de fato objeto de trabalho dos assistentes sociais, podem reforçar a identidade profissional, que tem em seu histórico o trabalho de caso, grupo e comunidade, promovendo a harmonização da sociedade na mediação das relações. Pode estar relacionado também ao fato de os assistentes sociais historicamente executaram a terapia de família, o que na atualidade não compreende-se mais como competência do assistente social, já que geralmente, as terapias se propõem a regulação dos papéis familiares.

Destaca-se que o assistente social deve possibilitar por meio do seu trabalho a integração, a participação social e fortalecimento de vínculos, contudo, a diferença em relação ao passado refere-se a direção que a intervenção busca. Neste caso de garantia de direitos e superação da exclusão social, o que nada tem haver com o posicionamento regulador e fiscalizador da profissão em sua origem.

Tem por objeto também a orientação, conforme relata o Idoso 2, "orientar as pessoas, naquilo que a pessoa precisa. Se preciso de um médico, ela sabe qual médico encaminhar, se precisa de um advogado, ela sabe pra qual encaminhar". Conforme a Lei que regulamenta a profissão (Lei 8.662, 1993) no Art. 3, no inciso III, é competência do assistente social prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população em geral. A orientação pode se dar na informação de acesso a um direito, e a fala do entrevistado demonstra a confiança no profissional e em seu conhecimento.

Outra compreensão revela que o assistente social proporciona o bem-estar do idoso. "Por exemplo comigo, saí de casa, só sentia falta de atenção e carinho. O que eu vim procura aqui, encontrei total. Meu esposo ficou doente, ficava em casa pra cuidar, cuidar, ai quando ele faleceu, fiquei sozinha" (Idoso 3). Neste ponto, o idoso expõe o que pode ser não apenas o objeto de trabalho, mas também o produto alcançado por diversas facetas que juntas proporcionam a sensação de bem-estar.

Já os assistentes sociais, quando questionados sobre como concebem seu objeto de trabalho junto a população idosa, demonstraram certa dificuldade para responder a questão, indagando se o objeto é o foco de seu trabalho ou conforme entrevistado referindo que "é de extrema importância ter mais profissionais atuando na área do envelhecimento" (Sujeito 1), distanciando-se do foco da questão que neste caso se referia ao seu objeto de trabalho como ocorreu com os demais entrevistados.

No entanto, isso não significa que o trabalho dos assistentes sociais entrevistados não contempla as demandas dos usuários, uma vez que não a subsídios suficientes para analisar em profundidade esta questão, sendo objeto para desenvolvimento de outro estudo. Mas por

outro lado, pode indicar a falta de conhecimento sobre a matéria-prima do trabalho do assistente social.

O desconhecimento da matéria-prima de seu trabalho contribui para que o profissional deixe de ser sujeito de suas ações e consciente dos efeitos que elas possam provocar nos processos sociais e das múltiplas expressões da questão social. Nessa perspectiva é fundamental avançar no conhecimento da população a quem se dirigem os serviços profissionais (IAMAMOTO, 2013, p. 101).

A questão social como objeto de trabalho em suas múltiplas expressões vivenciadas de forma diferente em cada contexto, ou mesmo em cada grupo etário da sociedade. Destaca-se que a questão social revela a disputa por projetos societários antagônicos, conseqüentemente o assistente social precisa estar posicionado quanto a finalidade de seu trabalho, se visa ou não o enfrentamento da questão social e a luta por uma nova forma de ser sociedade.

Porquanto apenas um profissional entrevistado enfatizou que concebe seu objeto de trabalho a partir das expressões da questão social para as quais seu trabalho visa o enfrentamento, sendo estas a "violência econômica, muito de negligência e da situação econômica. Violência psicológica e fragilidade de vínculos também, que é uma questão mais de vulnerabilidade" (Sujeito 2).

Os entrevistados não responderam que concebem seu objeto a partir da questão social, mas diante da pergunta sobre as expressões da questão social identificadas na realidade dos idosos, foram colocadas "a saúde ligada a qualidade de vida" (Sujeito 3), a orientação sobre direitos e as situações de violação de direitos, de "[...] violência física, psicológica, financeira, negligência, e diversas outras e todos direitos que violados e garantidos pelo estatuto do idoso" (Sujeito 2). Outra assistente social reforça a negligência, maus tratos, abandono e o rompimento dos vínculos familiares (Sujeito 1).

Os achados revelam que nem todos os assistentes sociais sabem o que é questão social, pois a busca pela qualidade de vida, não configura-se necessariamente como expressão da questão social, mas sim a falta do que permite que se tenha qualidade de vida. Por exemplo, a falta de saúde, condições de moradia precária, falta de recursos financeiros, entre outros.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. (IAMAMOTO, 2013, p. 28).

A falta de conhecimento quanto a questão social como objeto de trabalho do assistente social, pode ser experimentada pelos profissionais que não tiveram contemplado a temática

em sua formação, visto que foi após as Diretrizes Curriculares de 1993 que entra na pauta da graduação a teoria marxista e adota a questão social como objeto de trabalho. Ou, como em um dos casos, tem-se o conhecimento do que é questão social, mas não a considera como objeto de trabalho.

Levanta-se neste ponto a relevância da formação continuada, da busca pela qualificação dos serviços prestados, o que não está relacionado apenas a educação formal evidenciada por atividades didáticas em sala de aula, mas pela educação permanente¹², buscando conhecer a realidade, se capacitar e aprofundar o conhecimento sobre os direitos da população atendida, bem como a política e os marcos legais que instituem esses direitos.

Neste aspecto, o Serviço Social como formação profissional apresenta-se de forma generalista, ensinando na graduação um limiar geral das expressões da questão social, das políticas sociais e das populações que podem ser atendidas pela profissão. Todavia, o assistente social quando lotado em um trabalho, precisa ir em busca de uma certa especialização e conhecimento daquela realidade.

O conhecimento da realidade e das expressões da questão social experimentadas pelo público atendido também reporta-se aos movimentos de resistência, visto que a "questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdade e a ela resistem e se opõem" (IAMAMOTO, 2013, p. 28). Ou seja, o objeto de trabalho do assistente social direciona-se nas formas de resistência e de enfrentamento da questão social. Portanto,

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais - sua produção e reprodução ampliada - quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida (IAMAMOTO, 2013, p. 28).

Torna-se um desafio para o assistente social conceber seu objeto de trabalho na compreensão da questão social e nas formas de resistência e luta pelos direitos sociais.

4.1.3 Os Meios de trabalho utilizados pelos assistentes sociais

¹² "Somos seres programados para aprender, inacabados, mas conscientes de seu inacabamento; por isso em permanente busca, indagador, curioso em torno de si e de si com o mundo e com os outros. Como sujeitos históricos preocupados sempre com o amanhã, temos como condição necessária estar sendo inseridos, ingênua ou criticamente, num incessante processo de formação" (FREIRE, 2003 apud FERNANDES, 2007, p. 212). "A educação permanente pressupõe a aprendizagem no próprio local de trabalho, a troca de saberes, o trabalho coletivo, o respeito pelas diferenças e a efetivação de mudanças" (FERNANDES, 2007, p. 210).

Os meios de trabalho são o que possibilitam a ação do sujeito sobre o objeto de trabalho, pois este "[...] não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural; diferentemente, ele exige instrumentos [...]" (NETTO, 2012, p. 42). Ou seja, o trabalho ocorre de forma mediada entre o sujeito (trabalhador) e seu objeto através dos meios de trabalho, de "um instrumento (ou um conjunto de instrumentos) que torna mediada a relação entre ambos" (NETTO, 2012, p. 44). Estes instrumentos não são produtos da natureza, mas produto do próprio trabalho do sujeito sobre a natureza, como por exemplo, o machado, a foice, entre outros.

O instrumental do Serviço Social é compreendido como instrumentos e meios necessários para o desenvolvimento do trabalho profissional, por meio dos quais os assistentes sociais imprimem não apenas a intencionalidade teleológica mas a efetivação da prévia idealização (GUERRA, 2000 apud KIST, 2008).

Por conseguinte, no desenvolvimento do trabalho do assistente social é necessário que haja como instrumento uma teoria que embase sua intervenção, uma vez que, "as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a molda" (IAMAMOTO, 2013, p. 62).

Assim sendo, os achados da pesquisa revelam que em relação a teoria e metodologia que embasa o trabalho das assistentes sociais com a população idosa, não há uma hegemonia, sendo que apenas um entrevistado referiu o embasamento teórico da profissão, mencionando o método em Marx.

Esta constatação impulsiona o questionamento de porque os assistentes sociais não se utilizam das bases teóricas da profissão? Será que os entrevistados consideram como obviedade e naturalização o conhecimento da profissão? Enfim, não é neste estudo que irá findar-se estes questionamentos, mas conclui-se que muitos assistentes sociais não tem entendimento do Serviço Social como trabalho, não utilizando a fundamentação teórica da profissão no seu fazer.

Outro assistente social mencionou o Estatuto do Idoso como lei que regulamenta os direitos dos idosos e outro ainda, indicou que está distante das teorias do Serviço Social, mas utiliza autores da gerontologia como fundamentação de seu trabalho.

Citou-se também a necessidade de estar aprimorando o conhecimento buscando fontes de estudo tanto da gerontologia como da saúde para intervir nas demandas apresentadas pelos idosos: "[...] Tem muito idoso com alzheimer, tá atendendo muita população com deficiência

mental, demências, então tem que estudar muito pra poder intervir, não só com os idosos, mas com os familiares, com os cuidadores" (Sujeito 2). O que revela que os assistentes sociais entrevistados demonstram preocupação com a qualidade dos serviços prestados, buscando fundamentação para questões específicas do envelhecimento como forma de enriquecer seu trabalho junto a população idosa.

Para o exercício da profissão, o Assistente Social também conta com outras Leis [...] como a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso, bem como as que se destinam a outros segmentos específicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Único de Saúde, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, entre outras. Associado a compreensão do referencial teórico, o profissional necessita participar de espaços de estudo, reflexão e decisão política, o que lhe permitirá uma análise mais ampla da Questão Social, bem como das correlações de forças existentes no local onde exerce suas atribuições no cotidiano profissional (KIST, 2008, p. 60).

Todavia, apesar de considerar-se assertivo a intenção de buscar fundamentação nas políticas que regem os direitos e em outras áreas do conhecimento, torna-se preocupante quando o assistente social perde as bases teóricas da profissão. Sabe-se que a formação em Serviço Social é generalista, contudo, o que o profissional deve buscar é o complemento para sua intervenção, tendo clareza dos objetivos e direcionamento da profissão.

Considera-se que o assistente social possui certa autonomia na condução de seu trabalho, pois não há uma cartilha a seguir, o que "[...] requer o compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional explicitados no Código de Ética Profissional" (IAMAMOTO, 2013, p. 96).

Sob ótica dos idosos, o principal instrumento de trabalho do assistente social é o conhecimento. Contudo, coloca-se a importância do conhecimento das necessidades, direitos, dos caminhos de acesso a esses direitos da população que está sendo atendida, como reproduzido na fala: "o conhecimento dela, né, porque ela tem conhecimento em geral, de tudo" (Idoso 2), possibilitando a informação de acordo com a demanda referenciada por aquele grupo de idosos atendidos.

De acordo com Netto (2012, p. 43), "o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos [...]". Ou seja, o que o usuário traz é que o assistente social utiliza seu conhecimento como meio de trabalho e precisa estar se aprimorando e respondendo as novas demandas.

Como refere Iamamoto (2013, p. 62), "o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo de seu processo formativo são parte do acervo de

seus meios de trabalho". Assim, compreende-se que todo conhecimento adquirido pelo assistente social é relevante para o exercício de seu trabalho e sim, constitui-se como meio, conforme mencionado pelo idoso 2 que fora exposto anteriormente.

Além disso, outro idoso entrevistado destaca que outro instrumento de extrema importância para realização do trabalho é a comunicação e a documentação, conforme "[...] a gente explicando, conversando, ela tem seu livro e sua caneta, e a comunicação". (Idoso 3). Onde reflete-se sobre a comunicação como meio de trabalho, o que exige do profissional o desenvolvimento da habilidade de utilizar a linguagem como instrumento.

Este idoso também ressalta a importância de se desenvolver a sensibilidade como instrumento para perceber a necessidade dos idosos, as características e singularidades destes sujeitos, compreendendo não apenas a dimensão macro do fenômeno, mas também a realidade experienciada pelos idosos atendidos. "Então é uma ferramenta muito importante que elas tem, que elas, que os assistentes sociais tem que ter é a sensibilidade pro trato deste grupo, deste tipo de idoso, né, e a partir daí identificar uma maneira de conseguir abordar, de que maneira essas pessoas podem ser abordadas do lado mais humano" (Idoso 3).

Ressalta-se a necessidade de desenvolver a habilidade de escuta e de observação para alcançar esta sensibilidade de perceber os usuários e a partir de então estabelecer as estratégias de intervenção de acordo com a demanda identificada.

A fala dos assistentes sociais entrevistados revela que os instrumentos e técnicas mais utilizados são: entrevista, entrevista socioeconômica, entrevistas de acompanhamento, acompanhamento por contatos telefônicos, atendimento de grupo, visita domiciliar. Assim sendo, o instrumento mais citado foi o trabalho de grupo, sendo um dos motivos "[...] porque o grupo atende várias pessoas ao mesmo tempo" (Sujeito 3).

Entretanto, acredita-se que o trabalho de grupo, para além de atender diversos idosos ao mesmo tempo, é uma forma de trabalhar o objeto comum que os une, trazendo para uma dimensão coletiva, possibilitando a integração dos idosos, promovendo a convivência intrageracional, e também possibilitar a convivência com outras gerações.

Deve-se trazer para pauta o fato de os próprios assistentes sociais não colocarem seu conhecimento, a especialização de sua profissão como meio ou instrumento de trabalho, focando estritamente na técnica. A visão dos instrumentos de trabalho do assistente social "[...] como um 'arsenal de técnicas': entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamento, etc." (IAMAMOTO, 2013, p. 62) transcende a história da profissão, considerando que sua gênese indica a execução da prática pela prática, exercendo apenas a técnica. Contudo, os meios de

trabalho são mais complexos.

Para Yamamoto (2013, p. 62), "a noção estrita de instrumento como mero conjunto de técnicas se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho. Sendo assim, o assistente social precisa se aprimorar no conhecimento teórico-metodológico e ter clareza da direção ético-política para intervir de forma consistente e em consonância com a realidade.

Dessa forma, um instrumento de trabalho ainda pouco utilizado pelos assistentes sociais é a pesquisa, que é uma forma de intervenção a partir do conhecimento da realidade. A mesma, promove a reflexão e o aprofundamento do conhecimento já possuído, revela situações e motivações muitas vezes ocultas, propiciando um novo compreender sobre seu objeto e meios de trabalho a serem utilizados.

Quando questionadas sobre a relevância da pesquisa, todos os sujeitos relatam a importância de estudos que visem compreender a realidade, pois "estudos sempre são muito válidos, seja pra qualquer assunto acho que sempre traz uma riqueza muito grande se pensar em novas propostas de intervenção" (Sujeito 2). A pesquisa como instrumento do qual as assistentes sociais precisam de apropriar, visto que "toda pesquisa é bem útil, produtiva pra estar vendo qual é a situação atual, enfim o que pode-se melhorar, o que não" (Sujeito 1).

A pesquisa realizada com a população atendida deve ser desempenhada na perspectiva de romper com a alienação, pois "depois que tu entra numa rotina de trabalho tu não fica te questionando, como tu fazendo, o que estou fazendo, qual é o objeto de trabalho" (Sujeito 3) e compreensão do trabalho, para superar o fazer por fazer, a prática pela prática, imprimindo um sentido e um objetivo.

Pesquisar é conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho (IAMAMOTO, 2013, p. 62).

Relevante para conhecer a realidade dos usuários aos quais são atendidos, não apenas pressupondo o que estes consideram importante para nosso trabalho.

Acho que todo estudo, toda pesquisa é de extrema importância porque tá ouvindo a outra pessoa e não saindo de pressupostos seus. O assistente social tem uma tendência disso, de achar que é isso que ele vai te responder. Importante buscar nas pessoas, mesmo que as vezes elas só confirmem aquilo que tu já sabia, mas não é teu, é um estudo (Sujeito 3).

O assistente social precisa ter o compromisso de dar voz e visibilidade para realidade de seus usuários, neste caso os idosos, interpretando e compreendo a partir de suas falas, da observação de seus comportamentos e necessidades, a intervenção apropriada para dar conta de suas reais demandas.

Para Yamamoto (2013, p. 101), o que importa é salientar que "a pesquisa da realidade social passam a ser encaradas como componentes indissociáveis do exercício profissional, e não como atividade "complementares", que podem ser eventualmente realizadas". Portanto, deve estar incluída na agenda de trabalho do assistente social.

Ressalta-se que ainda que o assistente social possua relativa autonomia para efetivação de seu trabalho, depende do empregador que viabiliza "[...] aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição dos papéis e funções que compõe o cotidiano do trabalho institucional" (IAMAMOTO, 2013, p. 63).

Neste ponto,

A criação de instrumentos de trabalho, mesmo nos níveis mais elementares da história, coloca para o sujeito do trabalho o problema dos meios e dos fins (finalidades) e, com ele, o problema das escolhas: se um machado mais longo ou mais curto é ou não adequado (útil, bom) ao fim a que se destina (a caça, a autodefesa, etc.) (NETTO, 2012, p. 44).

Isto é, o assistente social precisa estar capacitado para escolher seus meios de trabalho de forma que possa idealizar seu produto (capacidade teleológica), não aplicando técnicas apenas porque historicamente se fez dessa forma, mas é fundamental traçar estratégias de intervenção, que ultrapassem a técnica pela técnica.

4.1.4 O Produto decorrente do trabalho do assistente social: efetivação de direitos?

Compreende-se que o objetivo do trabalho é que ao fim de seu processo obtenha-se um resultado, um produto, "[...] que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador [...]" (NETTO., 2012, p. 43).

Como todo trabalho resulta num produto, o fim, a finalidade deste é antecipado por meio da idealização do trabalhador antes de efetivada a atividade do trabalho, o trabalhador prefigura em sua mente o resultado de sua ação (NETTO, 2012, p. 44).

Para que haja um produto final do trabalho, este deve ser idealizado na imaginação do trabalhador, tendo como de ponto de partida a intencionalidade precedente, a objetivação do

devir após desempenhar o processo de trabalho.

De acordo com Kist (2008, p. 61), em geral, o produto do trabalho do assistente social "[...] pode-se caracterizar como os efeitos dessa ação nas condições da vida da população usuária, a partir dos serviços prestados, seja pelo poder público, empresas privadas ou organizações não governamentais".

Sendo assim, para apreender o que os assistentes sociais entrevistados consideram produtos de seu trabalho, estes foram questionados quanto aos produtos que decorrem de seu exercício profissional. Os discursos revelam que os produtos se direcionam para a melhora da qualidade de vida, a busca por atividades, melhoria dos relacionamentos social e com familiares, "[...] filhos que não compreendiam a questão do alzheimer, te dando como exemplo, que cometiam uma violência, psicológica até, conseguem compreender o que é a doença da mãe, isso tá dando bastante retorno" (Sujeito 2).

Foram informados como produtos também "[...] a convivência em grupo, o produto é o aprendizado, o produto é a troca de experiência deles, o produto é a satisfação, acho que é isso" (Sujeito 3).

Neste sentido, a finalidade do trabalho com a população idosa

[...] é que eles encontrem nessa fase da vida cada vez mais prazer, que eles sintam esse prazer, não naquela demagogia de que é a melhor idade, porque eu não considero que seja a melhor idade, mas é uma idade em que a gente tem os prazeres daquela idade. Então, no meu ver todas as idades tem pontos bons e ruins, né, tanto é que chega uma fase da vida que a gente que pula essas fases pra estar mais velhos, e quando a gente envelhece muitas vezes quer retornar para buscar aquilo que a gente perdeu. Então eu foco que eles podem fazer as coisas mesmo com suas situações limitadores, porque o envelhecimento traz limitações, várias limitações, ãhm, corporal, mas eles podem usar essa criatividade deles da mente e ter muito prazer nessa idade, que não vejo como a melhor, mas uma boa qualidade de vida através dos jogos, através de alguma atividade que satisfaça o seu viver (Sujeito 3).

Outro produto identificado pelos assistentes sociais é a busca por garantir o acesso aos direitos e superação da situação de violação de direitos, que resulta na qualidade de vida que se relaciona "[...] tá falando de muitas coisas, tá falando da condição de saúde, das relações familiares, das relações com vizinhos de tudo que abrange de ver o idoso como um todo, acho que essa é nossa função também, ver ele num todo" (Sujeito 2).

Nesta perspectiva, compreende-se que a integralidade do idoso requer também intervir na dimensão coletiva, na luta pelos direitos da população idosa como um todo, sendo uma das possibilidades estimular a participação nos conselhos e fóruns dos idosos, tanto municipais como de nível estadual.

[...] eles participam do fórum do idoso que é de porto alegre, que é para estarem se emancipando também nessas questão e não ficar tão dependente ao Serviço Social do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (Sujeito 1).

O produto relativo da participação social pode se configurar como a emancipação do sujeito, como expresso o princípio do Código de Ética Profissional, no Princípio I, "reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais" (BRASIL, 2012, p. 23).

Por outro prisma, os idosos referem que a contribuição - o produto -, do trabalho do assistente social é o que propicia "[...] um benefício bom geral" (Idoso 2), o que está conectado ao bem-estar e qualidade de vida, trazendo a satisfação de vivenciar o período da velhice. Os demais sujeitos colocam que contribui nas relações, seja com outros idosos, com os familiares e cuidadores ou com a sociedade.

Eu achava que aquela pessoa tinha que ser do jeito que eu queria, mas cada pessoa dá o que tem. Eu já sou mais do abraço, a gente gosta de atenção de carinho. Eu fiquei totalmente sozinha, sentia falta. A sobrinha passa não cumprimenta, não pergunta como está, mas fica chateada com aquela coisa. A Rose diz cada um é de um jeito, ela faz que a gente compreenda a outra pessoa mais, isso eu gostei muito. Eu pensava tomara que Deus me leve, agora eu não quero ir, posso ficar mais um pouquinho. juro que me preparava tudo direitinho pra Deus me levar. Eu tomava remédio pra dormir, agora não tomo mais. Eu sou bem novinha estou com 86 anos, agradeço a Deus porque cabeça ainda dá pra pensar, posso tomar banho sozinha. Eu penso em vir pra cá (Idoso 3).

O produto do trabalho do assistente social contribui, portanto, em situações vivenciadas no cotidiano, nas relações estabelecidas pelos idosos, mas para além, refletem no modo de ser deste idoso, possibilitando experimentar transformação na forma como percebe-se, como relaciona-se consigo mesmo e com a sociedade.

Referindo-se não apenas ao trabalho do assistente social, mas também a contribuição do projeto do qual participa, o Idoso 3 levanta ainda que sua participação traz prazer, contribui para seu bem-estar e melhora da qualidade de vida, "a gente gosta de vir pra cá, meu sobrinho me chama, que eu tenho medo de não acordar, de falhar. Acho que é bom em todos os sentido, venho pra cá me sinto bem, sinto prazer, as vezes nem quero ir pra outros lugares".

Mais especificamente sobre o trabalho da assistente social o Idoso 3 diz que "[...] as entrevistas, quando converso com ela, é só pro meu bem, sinto prazer em conversar com ela. Não tenho alcance das coisas, porque não estudei, não tenho muito esclarecimento pra explicar, mas sei que é muito bom" (Idoso 3).

Pelo trabalho que as assistentes sociais vem fazendo ao longo do tempo, elas conseguiram tirar muita gente de casa, dar suporte as pessoas que estão com problemas de saúde, através das visitas e subsídio de conversas particulares aqui dentro e apoio, né. E também gente que não chegou ao ponto de precisar dessa ajuda, mas pelas atividades de proporcionar com que elas se integrem, se envolvam e se ocupem evitar que novos casos de problemas mais graves ocorram (Idoso 1).

Neste caso pode-se inferir que o produto decorrente do trabalho dos assistentes sociais é a promoção e prevenção em saúde, é a convivência, é a participação em um grupo, contribuindo de forma geral para melhora da qualidade de vida.

Verifica-se tanto na fala dos assistentes sociais como na fala dos idosos que os produtos decorrentes do processo de trabalho se refere a "[...] um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo (IAMAMOTO, 2013, p. 67). Ou seja,

Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem se corporifiquem como coisas materiais autônomas [...], expressando-se sob a forma de serviços (IAMAMOTO, 2013, p. 68).

O produto decorrente do trabalho do assistente social não pode ser quantificado muitas vezes, visto que é abstrato referindo-se ao acesso a garantia de direitos, a melhora da qualidade de vida, a promoção de saúde, a condições mais dignas de habitação, que não são medidas de forma material, ou pelo menos não somente, mas influem na relação com a sociedade.

Pensar o trabalho do Serviço Social com idosos requer “[...] olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação” (IAMAMOTO, 2013, p. 19). Pautando as ações no direcionamento ético-político da profissão, na perspectiva de zelar pela qualidade dos serviços prestados, considerando que

O ser velho representa um conjunto de atribuições e transformações negativas que estão ligadas ao conceito tradicional de velhice. No imaginário social o velho está diretamente associado à estagnação e perdas que levam à ruptura e ao isolamento; inflexibilidade decorrente de apego a valores ultrapassados e cristalizados que também levam ao isolamento social; imagem negativa do aposentado, significando um final de vida, falta de capacidade pessoal e a exclusão da rede produtiva; pessoa que necessita de cuidados, sem força, sem vontade, sem vida, doente, incapacitado e que por todos esses motivos fez opção pela passividade (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 8).

Requer observação e busca pelo conhecimento da realidade para traçar estratégias de intervenção que compõe o trabalho do assistente social, considerando que, como bem afirmou Iamamoto (2013) as alternativas não saem supostamente de uma cartola mágica do assistente social, mas há de se considerar que as possibilidades de intervenção estão postas na realidade, não sendo automaticamente apreendidas e transformadas em alternativa profissional.

4.2 A efetivação do Projeto Ético-Político Profissional e a garantia de direitos dos idosos

Como já referido, a partir do movimento de reconceituação da profissão e do processo que desencadeou a reflexão sobre o fazer do Serviço Social, a profissão adotou em seu trabalho um direcionamento ético-político posicionando-se na luta pelos direitos dos trabalhadores, fazendo enfrentamento as desigualdades sociais produzidas pelo modo de acumulação capitalista.

De acordo com Netto (2006, p. 1), "é muito recente – datando da segunda metade dos anos noventa do século XX – o debate sobre o que vem sendo denominado de projeto ético-político do Serviço Social". Mas é neste processo de ruptura e crítica ao conservadorismo que constroem-se as bases para construção de um novo norte político para a profissão.

Para aprofundar a discussão sobre o PEP profissional é necessário situar o que são os projetos societários. Trata-se de projetos coletivos que tem abrangência macroscópica, ou seja, busca incidir na totalidade da sociedade.

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la (NETTO, 2006, p. 2).

Projeto societário é isto, uma antecipação ou idealização do que se almeja enquanto sociedade. Contudo, não existe apenas um projeto para sociedade, mas um conjunto de projetos societários que disputam entre si, defendendo interesses sociais, que envolvem relações de poder.

Neste sentido, inscrevem-se os projetos coletivos profissionais, "[...] especificamente as profissões que, reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior" (NETTO, 2006, p. 4).

Os projetos profissionais refletem da imagem da profissão, os valores elegidos como princípios e os objetivos delimitados, todavia, destaca-se que não trata-se de um projeto

homogêneo para todos os profissionais de determinada área. O projeto hegemônico de profissão supõe uma pactuação entre seus membros, uma forma de acordo sobre determinados aspectos (NETTO, 2006).

Diante destas considerações, o PEP do Serviço Social é um projeto profissional que tem como alvo se estabelecer como projeto societário. É uma direção coletiva da profissão que envolve os sujeitos trabalhadores - assistentes sociais - colocando uma valoração ética que diz respeito a determinados projetos societários e que está em disputa com diversos outros projetos profissionais e políticos.

Ou seja, o posicionamento coletivo do Serviço Social imprime a superação da lógica capitalista de exclusão e produção de desigualdades, visando uma nova forma de organização social e modo de vida.

Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2006, p.15).

O posicionamento ético-político defendido coloca-se em favor da equidade e da justiça social, visando a superação da forma de acumulação capitalista que favorece uma pequena parcela, mas almeja a distribuição igualitária das riquezas socialmente produzidas.

A consolidação do PEP se dá no cotidiano profissional, quando este imprime em trabalho os princípios de emancipação dos sujeitos usuários e "[...] implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social" (NETTO, 2006, p. 16). Por isso as Diretrizes Curriculares de 1996 se constituem a materialização do PEP, a ênfase numa formação acadêmica qualificada para uma categoria capacitada.

Referente ao PEP da profissão, os achados da pesquisa mostram que quando os assistentes sociais foram questionados sobre a contribuição de seu trabalho para consolidação do PEP houve dificuldade para elaboração da resposta, sendo que apenas um sujeito mostrou compreensão do que é o PEP da profissão afirmando que seu trabalho contribuição para consolidação do PEP "[...] na medida que a gente trabalha com os direitos, né, a gente tá trabalhando para essa consolidação" (Sujeito 2).

Ou seja, quando o assistente social contribui com seu trabalho para garantir o acesso

aos direitos dos idosos, está efetivamente contribuindo para superação da desigualdade social, proporcionando o exercício da cidadania deste e promovendo a emancipação enquanto sujeito de direitos.

Mesmo não demonstrando muita clareza em sua resposta, outro assistente social entrevistado diz que "[...] eu vejo que acontece porque ele (PEP) é identificado, ele traz a população a pensar sua situação" (Sujeito 3), o que indica a efetivação do PEP, contudo, ressalta-se que o assistente social precisa ter clareza e intencionalidade em seu trabalho para consolidar o PEP e levar os usuários ao questionamento quanto a ordem societária vigente. Houve ainda um entrevistado que não soube explicar como seu trabalho poderia estar contribuindo para o PEP.

Destaca-se a importância do Assistente Social possuir clareza de seu projeto ético-político, que mantém relação direta com a dimensão teórico-metodológica, sendo que a inserção política precisa ter base ética, pois apenas o engajamento político não garante a base teórica. O profissional precisa estar associado às bases metodológicas para iluminar novas perspectivas de ação para o Serviço Social (KIST, 2008, p. 59)

A contribuição para consolidação do PEP depende da postura assumida pelo assistente social em seu espaço de trabalho e também da teoria que embasa suas intervenções, pois este pode trabalhar vislumbrando a superação da lógica capitalista e de exclusão da classe trabalhadora ou pode apenas exercer o trabalho prescrito da instituição, que maioria das vezes visa a manutenção das desigualdades sociais. Entretanto,

O projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores (NETTO, 2012, p. 16).

É na aliança com outros profissionais que possuem a mesma direção que o Serviço Social que será possível potencializar a luta dos trabalhadores que vislumbram um novo projeto societário.

Afirmando a contribuição no acesso a garantia de direitos, os entrevistados afirmam que por meio de trabalho são garantidos o acesso ao "direito da informação, direito ao lazer, esporte e cultura" (Sujeito 1), "direito a saúde, direito a assistência, direito a habitação, direito a educação" (Sujeito 2).

Por vezes estes direitos podem ser garantidos o acesso através da informação, sendo o assistente social responsável por contribuir com fortalecimento da socialização das formas de

acesso destes direitos. "A gente busca fortalecer com eles e informar, nosso trabalho de informar e esclarecer e intervir, investigar que também é nosso papel" (Sujeito 2).

Entretanto, ressalta-se que esta perspectiva de garantir o acesso aos direitos dos idosos, não é consenso de todos os profissionais e não apresenta-se como finalidade do trabalho de todos os assistentes sociais, como colocado

[...] os outros direitos não tem a influência direta do meu trabalho, os direitos, as coisas de lei, não tem influencia direta do meu trabalho. Mas acaba que quando ele tá em grupo ele acaba tendo conhecimento de alguma coisa que se estivesse na casa dele, sozinho, não teria esse conhecimento, então é uma coisa que tá divulgando o que ele pode acessar, o que ele tem direito, mas não é uma coisa direta do meu trabalho, não é um fazer do Serviço Social daqui (Sujeito 3).

A busca pela garantia de direitos dos idosos em diferentes campos de atuação, é dever do assistente social em cumprimento ao PEP, tendo em vista os desdobramentos da questão social que perpassam o envelhecimento.

Todavia, entende-se que “[...] o momento atual desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social [...]” no que tange ao envelhecimento, propondo trabalho alinhado com a realidade e construindo propostas “[...] criativas e capazes de preservar e efetivar direitos” (IAMAMOTO, p. 20).

Compreende-se, no entanto, que ter respostas criativas é um desafio, pois o trabalho com os idosos envolve o interesse nesta fase da vida, desafiando os assistentes sociais a desenvolverem atividades que estejam relacionadas com seus interesses e com os interesses da profissão de proporcionar a autonomia e emancipação dos sujeitos.

4.3.1 Desafios e facilitadores para o desenvolvimento do trabalho do assistente social

Sabe-se que os desafios que apresentam-se no trabalho do assistente social são muitos, que dizem respeito as limitações impostas pelas instituições empregadoras, pelas características da população atendida, pela falta de recursos, entre muitos outros.

Referente aos desafios apontados pelos profissionais entrevistados para desenvolvimento de seu trabalho os motivos são os mais variados considerando a realidade do trabalho de cada instituição.

Para um sujeito o desafio está em “[...] desmistificar a questão das casas geriátricas” (Sujeito 3) visto que socialmente é compreendido como local de depósito, como lugar de dependentes, sendo o último lugar para onde gostaria de ir. Reafirma-se a compreensão de

que este ideário precisa ser rompido pela sociedade e não apenas pelos idosos, pois, como dito, "[...] eu vejo como local de moradia, que tu vai ter condições mais dignas, que as vezes tu não tem opção de ficar sozinho, precisa de alguém" (Sujeito 3).

Também entende-se como necessário a superação da própria discriminação da imagem do idoso, já que este estigma está impregnado das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). As ILPIs são símbolos do envelhecimento, como se este fosse o fim ao qual todos "velhos" estão destinados. Não há compreensão de que estas instituições possam proporcionar um tratamento adequado para o cuidado com o idoso. Contudo, deve-se considerar que existe a mercantilização desses cuidados, já que na sociedade contemporânea não há mais tempo para desempenhar tarefas que não estejam direcionadas ao trabalho. Envolve uma grande discussão de vários pontos de vista.

Para outro profissional o desafio apresenta-se na "[...] questão do entendimento deles (dos idosos), a cultura que eles tem também. Algumas coisas que pra nós é simples e eles tem dificuldade muito grande" (Sujeito 1). Uma característica observada em grande parte dos idosos é o esquecimento, que pode atrapalhar no atendimento e na vida cotidiana do idoso, dependendo do grau. Em outro espaço de trabalho o desafio que apresenta-se ao assistente social é o trabalho para superação da negligência, "[...] dos familiares ou dos cuidadores" (Sujeito 2).

Outro embate que pode ser observado em diversos espaços de trabalho do assistente social é referente ao espaço físico. Faz se necessário dispor de espaços para atendimento que possibilite o sigilo, como previsto no Código de Ética, como direito do assistente social e do usuário, sendo que o Art. 16 prevê que "o sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional (BRASIL, 2012, p. 35).

A Resolução nº 493 de 2006 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) estabelece as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do assistente social, instituindo no Art. 1 que é condição obrigatória a existência de espaço físico, que preserve o usuário para a realização e execução de qualquer atendimento. Prevê ainda, que o atendimento seja feito com portas fechadas para garantir sigilo e o material técnico produzido de ser de uso e acesso restritos dos assistentes sociais (BRASIL, 2006).

A falta de estrutura para atendimento, como relatado "[...] outro fator que dificulta é a falta de local adequado para atendimento individual, falta de salas de grupo, pausa, meio de transporte para visitas" (Sujeito 3) e "[...] é preciso espaços com característica de

individualização, onde possam ser respeitados. Espaços que respeite os atendimentos, que respeito o grupo" (Sujeito 3), diz não apenas no atendimento individual, mas também no trabalho com grupos. O que está previsto na Resolução do CFESS citada acima no Art. 2, "o local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados [...]" (BRASIL, 2006).

Por conseguinte, trata-se de um ponto relevante que refere-se a qualidade dos serviços prestados, pois muitas vezes a grande demanda institucional, a falta de profissionais e a falta de estrutura prejudica a qualidade dos atendimentos, que tornam-se focais e pontuais.

Acho que aqui eu tenho feito entrevistas muito menos, hã, não é uma triagem, mas assim eu já fiz muito atendimento que eu fazia um acompanhamento mais sistemático, semanalmente, marcava entrevista para ver como estava a situação, em função da demanda aqui não consigo mais fazer isso, é um atendimento mais pontual. Então quando eu vejo a necessidade, eu encaminho (Sujeito 3).

A sobrecarga do trabalho pela grande demanda pode ser um dos fatores que dificulta o desenvolvimento do trabalho do assistente social, mas há ainda outros limitadores, como a falta de conhecimento do que é o Serviço Social como profissão "[...] tanto do usuário quanto de colegas de trabalho" (Sujeito 3). Conclui-se que a falta de conhecimento sobre a profissão por parte da instituição e dos colegas de trabalho pode acarretar no desvio de função, sendo encaminhado para o serviço social toda e qualquer demanda que ninguém possa atender ou que não haja interesse em solucionar.

Quanto ao que facilita o desempenho do trabalho, foi relatado se ter uma equipe com outros assistentes sociais e estagiários da área, a receptividade do trabalho em grupo, o vínculo e a afetividade demonstrada pelos idosos, "[...] eles sentem acolhidos e acolhem a gente muito bem" (Sujeito 3). Levantou-se ainda o trabalho interdisciplinar como um facilitador, já que

A gente tem uma riqueza muito grande por ser um trabalho interdisciplinar. Isso facilita bastante nosso trabalho, essa visão que a gente tem de todas essas raías, que enriquecem bastante e a gente não fica sozinho porque tem uma equipe grande pra isso, pra atuar, quando a gente fica mais sozinho, atuando sozinho é, chega um momento que tu esgota (Sujeito 2).

O trabalho interdisciplinar apresenta-se como um desafio na atualidade, experimentado em diversos espaços de trabalho, e mais particularmente na realização do

estágio obrigatório na execução de uma oficina de fotografia, como colocado:

Os desafios de trabalhar com outros profissionais, que também possuem autonomia para fazer suas "intervenções" e a mediação de como pode-se auxiliar e promover a reflexão de outros profissionais para que sua intervenção seja qualificada. Neste ponto, apresenta-se a contradição, visto que os assistentes sociais também precisam do conhecimento destes outros profissionais e suas visões, que contribuem para qualificação de nossa intervenção, sendo uma "via de mão dupla" (FERGUTZ, 2013, p. 3).

Todavia, ressalta-se a relevância do assistente social desenvolver seu trabalho junto ao segmento idoso em parceria com profissionais de outras áreas do conhecimento, "[...] para que, em conjunto, possam avaliar problemas, pensar estratégias e propor programas e projetos de forma interdisciplinar" (KIST, 2008, p. 60).

O trabalho trans ou interdisciplinar é a forma de concretizar a máxima de que o conhecimento não é posse de cada profissão, mas que deve ser compartilhado os saberes para produzir práticas que contemplem a dimensão coletiva (KIST, 2008, p. 60).

Portanto, cabe ao assistente social estar capacitando-se para compreender as outras áreas de intervenção com as quais trabalha, para que haja clareza quanto aos seus objetos de trabalho, mas para que também potencialize-se os diversos saberes e o trabalho integrado.

Conclui-se que os processos de trabalho nos quais os assistente sociais se inserem é constituído pelos elementos que consistem: no próprio trabalho, nas expressões da questão social como objeto de trabalho, nos meios para a efetivação do trabalho, que resulta em um produto.

Além destes elementos que compõem o trabalho do assistente social, faz-se necessário refletir sobre a identidade atribuída a este profissional, visto que influencia na forma como a instituição empregadora e os usuários a compreendem e enxergam.

4.3 A Identidade do assistente social na contemporaneidade: ruptura com a gênese?

Sabe-se que historicamente os assistentes sociais executam atividades instituídas que não são de sua competência, mas que institucionalmente acabam sendo direcionadas para o Serviço Social. De acordo com Iamamoto (2013), os assistentes sociais brasileiros podem ser considerados "jovens intelectuais" se comparados a profissionais de outras áreas do conhecimento, que possuem maior espectro de tradição e produção acadêmica, o que pode gerar um estereótipo de "profissionais de segunda categoria" que faz tudo o que as outras

áreas do conhecimento não fazem ou não querem fazer.

Nesta questão, contudo, os assistentes sociais entrevistados dizem não desempenhar atividades que não estão relacionadas a profissão ou que não sejam de sua competência. Entretanto, devido a este estudo se tratar de um estudo de caso, não há como inferir que tenha havido a superação desta lógica.

Já como atividades privativas, os assistentes sociais informaram que são "o atendimento individual, orientação de grupo, coordenação de grupo, eu considero que a visita hospitalar e domiciliar" (Sujeito 3); "No meu trabalho aqui, a coordenação do grupo é toda feita pelo assistente social, toda questão do grupo, a metodologia, organização dos encontros, isso tudo é feito pelo assistente social" (Sujeito 1); "atendimentos individuais, faço grupo com familiares, reunião de rede, reunião de referência e contra-referência onde leva os casos para discutir" (Sujeito 2).

Ainda que não esteja descrito, sabe-se que a visita domiciliar, os atendimentos individuais e a coordenação de grupos quando relacionadas a um objetivo restrito da profissão, somente os assistentes sociais terão capacidade para executar. Contudo, tais instrumentos não são utilizados somente pelo assistente social, além do que na atualidade diversos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social são compartilhados com os psicólogos, e a coordenação de grupos, por exemplo, pode ocorrer de forma interdisciplinar.

Conforme descrito na Lei de Regulamentação da Profissão, constitui-se como atribuição privativa do assistente social, no Art. 5., "XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas" (BRASIL, 1993). Portanto, embora não mencionado pelos assistentes sociais que coordenam o setor de Serviço Social em suas instituições, refere-se a uma atividade privativa. Da mesma forma, mesmo que dois assistentes sociais entrevistados tenham informado que na equipe possuem estagiários de Serviço Social, nenhum colocou a supervisão de estágio em Serviço Social como atribuição privativa do assistente social, conforme previsto na Lei de Regulamentação da Profissão.

A percepção da imagem dos assistentes sociais compreendida pelos idosos, mesmo que diante do relato de que "eu não estou muito a par do que a assistente social faz, eu sei aqui com ela, a única pessoa que me atendeu na vida foi ela aqui" (Idoso 3), é vista como a de um profissional de referência, que contribui de forma positiva na forma como o idoso se compreende nesta sociedade.

Contemplado como um profissional que deve propiciar a qualidade de vida, por meio do suporte aos idosos que possuem problema de saúde, bem como por meio do trabalho

preventivo através de atividades que contribuem com a participação e integração dos idosos.

Mas não para por aí, outra fala reafirma a imagem instituída do assistente social na gênese da profissão, como aquele que ajuda ao pobre por meio da benesse, não compreendendo como profissão que luta pela garantia dos direitos. "Eu acho que a utilidade ao pobre, as pessoas que precisam. Muito útil nesse ponto. Eu adoro, se pudesse faria o mesmo. Eu procuro ajudar o que posso, não faço mais porque não posso" (Idoso 2).

Não objetiva-se neste estudo, chegar ao mérito da discussão da pobreza, visto que é uma expressão da questão social a qual o trabalho do assistente social visa a superação. A discussão que se propõe é da ampliação da compreensão do assistente social como profissional que intervém nas mais variadas situações e expressões da questão social que se manifestam em toda sociedade.

Entretanto, como afirma Iamamoto (2013, p. 107), "uma profissão pobre, voltada para os pobres, destituída de status e de prestígio". O Serviço Social traz em sua carga genética o estereótipo de profissão criada para atender aos pobres, ou mesmo de um profissional que

É visto como alguém que tá ali com função de ajuda e de auxílio, quando tu pede ajuda pra alguém que é um favor tá pedindo um favor, quando tu pede ajuda pra um profissional de ajuda, digamos assim, tu tá fazendo com que ele faça a obrigação dele, é mais de ajudar (Idoso 1).

O assistente social é "[...] herdeiro de uma cultura profissional que carrega fortes marcas confessionais em sua formação histórica" (IAMAMOTO, 2013, p. 105), trazendo em sua identidade as marcas da bondade da igreja experienciada em sua constituição enquanto profissão.

O assistente social é a personificação da ajuda, da benesse, pois "muitas vezes a pessoa chega aqui e se queixa que não tem comida, ela dá comida, claro que não é aquele rancho, mas é uma cestinha básica que dá pra equilibrar" (Idoso 2).

A fala do Idoso 2 mencionada anteriormente revela que a imagem do assistente social permanece como a de um profissional caridoso, ainda que deva-se levar em consideração o grande avanço neste sentido. O usuário personifica no assistente social, muitas vezes, a ação que é da instituição que tem um fundo religioso. Não compreende o que é do assistente social e o que é da instituição.

Alguns segmentos apresentam fortes traços messiânicos e voluntaristas no trato da profissão e da questão social (IAMAMOTO, 2013), o que confere ao assistente social este caráter que remete a origem da profissão.

Outro ponto que não pode deixar de ser abordado sobre a identidade do assistente social refere-se ao discurso de um dos idosos entrevistados, que coloca a assistente social como "muito querida, muito boazinha" (Idoso 3). Observa-se que há um traço conservador que vem da gênese desta profissão que retoma a concepção de "moça boazinha que o governo paga para ter dó dos pobres" (ESTEVÃO, 1992, p.7). Contudo, com a renovação da profissão, os assistentes sociais colocam-se junto a classe trabalhadora, as minorias, as pessoas que possuem seus direitos violados na luta para que o Estado assuma seu papel diante dos direitos sociais. Dessa forma, o assistente social deve reafirmar por meio de seu trabalho a noção de direito com seus usuários, para que estes compreendam que não está relacionado a caridade.

O Serviço Social enquanto profissão apresenta um recorte de gênero, sendo uma "[...] categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres" (IAMAMOTO, 2013, p. 104) e que acaba por absorver a imagem social da mulher, e junto com esta imagem, as discriminações impostas pela sociedade machista, ainda mais se tratando do mercado de trabalho, o que resulta em salários menores em relação aos homens e funções menos qualificadas.

"A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional, o que não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais, com representação nitidamente minoritária no conjunto da categoria profissional no país" (IAMAMOTO, 2013, p. 104).

Os achados da pesquisa revelam que os assistentes sociais entrevistados percebem sua identidade profissional de formas diferenciadas, mas que, ao final, não vão em direções opostas. Uma das percepções coloca-se como "Uma profissional que trabalha pra essa efetivação dos direitos sociais" (Sujeito 2).

Já outra informa que quando da entrada na instituição, o assistente social era compreendido como assistencialista para cuidar das "[...] pessoas, entre aspas, coitadinhas, que não tinham ninguém, que estavam mal de saúde, que tinha problema financeiro, então era bem assistencial" (Sujeito 3). Todavia, após passados 5 (cinco) anos, o profissional é visto como um trabalhador que visa garantir a qualidade de vida dos idosos, ultrapassando a questão da bondade, o que é reconhecido por meio do aumento da equipe.

Por outro lado, a compreensão de outro profissional está pautada na ética, ou seja, que os assistentes sociais precisam ser reconhecidos pela ética exercida em seu trabalho. Coloca ainda que os idosos "[...] tem muita expectativa quanto ao profissional, então a gente tem que

tá preparado pra lidar com isso e com a frustração também. Então acho que essa questão da ética é muito importante” (Sujeito 1).

Ressalta-se que, como afirmou um dos sujeitos da pesquisa, a identidade do assistente social está, ou deveria estar, atrelada a “[...] essas três linhas ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, a nossa identidade parte dessas 3 dimensões” (Sujeito 2).

Acredita-se que o vislumbre da profissão é que o assistente social seja percebido a partir de suas dimensões, principalmente no posicionamento ético-político em que “apesar do pouco prestígio social e dos baixos salários, formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente” (IAMAMOTO, 2013, p. 80).

Almeja-se que o assistente social possa ser reconhecido como profissional que luta por meio de seu trabalho em favor da classe trabalhadora e de todos os cidadãos que possuem seus direitos violados, que “coloca o pé no barro” e não abandona a qualidade dos serviços prestados a comunidade, ou seja qual for a população atendida.

Nesta perspectiva acredita-se que a identidade da profissão deve estar atrelada ao seu PEP, disseminando por meio de seu trabalho a crítica sobre a realidade político-econômica que imprime os valores da sociedade, politizando seus usuários sobre a noção de seus direitos, não sendo mais reconhecido como a “moça boazinha” que concede a cesta básica, mas como um profissional que garante o acesso aos direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da graduação que simbolicamente se materializa na elaboração deste estudo, é possível inferir que o trabalho do assistente social não segue uma cartilha, mas se dá com situações concretas da realidade dos usuários a quem se destina seu trabalho. No caso dos idosos, sabe-se que se trata de um segmento heterogêneo que apresenta diversas formas de envelhecer, conforme a influência dos fatores nesse processo e que o assistente social precisa estar capacitado para intervir nas diferentes facetas do envelhecimento, seja na área da saúde, da educação, do esporte e lazer, da cultura, etc.

Desde o estágio curricular obrigatório ao término deste Trabalho de Conclusão de Curso evidenciou-se que não há muitas sistematizações publicadas sobre a temática, apontando para necessidade de iniciativas investigativas para compreensão da realidade a fim de promover a reflexão da categoria sobre a particularidade do Serviço Social quanto ao

trabalho junto ao segmento idoso. Todavia, ressalta-se que não tem-se por objetivo esgotar neste estudo as dimensões e possibilidades de trabalho do assistente social com a população.

Historicamente, a profissão tem em sua gênese a ligação com a igreja e a caridade, além de estar a serviço do Estado para regular a vida e as relações dos trabalhadores para que estes pudessem desempenhar seus trabalhos de forma produtiva. Até então, não havia a compreensão do assistente social como trabalhador, pois foi após o movimento de reconceituação e da ruptura com o conservadorismo, da adoção da teoria crítica e do posicionamento em favor da classe trabalhadora, que o Serviço Social se afirmou como profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho.

Na atualidade enfrentam-se as mudanças ocorridas no mundo trabalho, que são evidentes através da precarização do trabalho e que demanda um profissional mais qualificado e polivalente, o que decorre em apreender novos conhecimentos, novas habilidades para intervir de acordo com a realidade do usuário.

Neste sentido, o desafio para o assistente social trabalhar no atendimento a população idosa, que apresenta-se em ampla expansão, aumentando continuamente o contingente deste segmento, coloca-se diante das condições de envelhecimento da população, ainda mais do envelhecer em uma sociedade capitalista excludente, que discrimina os idosos e impõem representações sociais que refletem a perda da centralidade do trabalho, e portanto, da vontade de viver e de ter planos, como se isso fosse possível apenas quando se possui um trabalho. A visão da velhice como tempo de espera da morte deve ser superado por meio de iniciativas sócio-educativas que promovam a integração em as gerações e uma nova forma de pensar sobre esta etapa da vida.

A realização da pesquisa intitulada "O trabalho do assistente social com a população idosa: desvendando desafios e possibilidades" revelou que o grande desafio da profissão inicia com a falta de compreensão quanto ao objeto de trabalho. Os assistentes sociais demonstraram dificuldade em responder como concebem seu objeto de trabalho, considerando que apenas um entrevistado informou ser a partir das expressões da questão social. Esta dificuldade pode indicar a falta de conhecimento sobre a matéria-prima de trabalho, o que pode acarretar que o profissional deixe de controlar suas ações e não consiga dimensionar a finalidade de seu trabalho.

Quando questionados sobre quais expressões da questão social eram identificadas na realidade da população idosa atendida, revelou-se a diversas formas de violência - econômica, psicológica, física, negligência, maus tratos, abandono - e a fragilidade dos vínculos. Outra

resposta evidenciou que nem todos os assistentes sociais possuem conhecimento do que é questão social, indicando a saúde e a qualidade de vida como expressão da desigualdade social, mas que devem ser produtos do trabalho do assistente social.

A dificuldade da categoria em compreender as expressões da questão social como seu objeto de trabalho revela a necessidade de debates sobre o tema com os profissionais da categoria, bem como a busca pela formação permanente para atualizar o conhecimento e compreender em profundidade a matéria-prima na qual se desenvolve o trabalho.

Por outro lado, os idosos indicaram que o objeto de trabalho do assistente social é o sentimento humano e a integração das pessoas, refletindo a imagem histórica de um profissional que promove a harmonização da sociedade, mas que por outro ângulo, revela a relevância do trabalho do assistente social para a percepção do idoso de si mesmo e na relação com a sociedade.

Considerando a dificuldade da compreensão do objeto de trabalho citada anteriormente, infere-se que esta influi diretamente na escolha dos meios de trabalho compatível com a finalidade da intervenção, visto que estes não se dão no sentido de enfrentamento das expressões da questão social.

Pode-se concluir ao final deste Trabalho e com os achados da pesquisa, considerando seu recorte de realidade através do estudo de caso de uma amostra, que muitos assistentes sociais ainda não possuem entendimento do Serviço Social como trabalho, não fazendo uso do aporte ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão no seu fazer, já dos entrevistados apenas um referiu o embasamento teórico-crítico da profissão como referência para compreender seu trabalho.

Para os idosos, o principal instrumento de trabalho do assistente social é o conhecimento, a sensibilidade, a comunicação e a documentação. Sendo assim, na colocação dos idosos evidencia-se meios de trabalho extremamente importantes e que exigem habilidade e conhecimento para executá-los. Destaca-se o conhecimento e a comunicação como habilidades essenciais e que resultam no primeiro contato com o usuário e com os quais propõem-se outros instrumentos de trabalho para contribuir com as estratégias de intervenção.

Já a fala dos assistentes sociais entrevistados revela que os instrumentos e técnicas mais utilizados são: entrevista, entrevista socioeconômica, entrevistas de acompanhamento, acompanhamento por contatos telefônicos, atendimento de grupo, visita domiciliar. Ressalta-se o fato de os próprios assistentes sociais não enfatizarem seu conhecimento como meio de trabalho, focando estritamente na técnica, sendo que para uma intervenção adequada e

consistente faz-se necessário o conhecimento, o aporte teórico-metodológico para intervir na realidade. Para tanto, a pesquisa apresenta-se como instrumento que favorece o conhecimento da realidade dos usuários e capacita a escolha de meios adequados para realização do trabalho.

Já os produtos decorrentes do trabalho segundo os assistentes sociais entrevistados são a melhora da qualidade de vida, a busca por atividades, melhoria dos relacionamentos social e com familiares, a condição de saúde, a convivência em grupo, o aprendizado, a troca de experiência dos idosos, a satisfação, a garantia de acesso aos direitos e superação de situações de violação.

Da perspectiva dos idosos a contribuição do trabalho do assistente social relaciona-se a sensação de bem-estar, de qualidade de vida, de satisfação ao vivenciar o período da velhice.

Desta forma, verifica-se na fala dos assistentes sociais e na fala dos idosos que os produtos do trabalho do assistente social referem-se a produção de efeitos que não são materiais, não são palpáveis, mas que dizem de um efeito social e particular de cada idoso, diz essencialmente da garantia de direitos, de forma direta ou indireta, que resulta concomitantemente com a melhora da qualidade de vida dos idosos.

Quanto a finalidade do trabalho do assistente social com a população idosa, os profissionais inferiram que está relacionada a superação das situações de violação de direitos, a qualidade de vida e a produção de satisfação nesta etapa da vida, proporcionando condições para que os idosos se percebam como sujeitos capazes de realizar seus sonhos.

Sabe-se que os desafios que apresentam-se no trabalho do assistente social são muitos, que dizem respeito as limitações impostas pelas instituições empregadoras, pelas características da população atendida, pela falta de recursos, entre muitos outros.

Referente aos desafios apontados pelos profissionais entrevistados para desenvolvimento de seu trabalho os motivos são os mais variados, sendo um destes a dificuldade de desmistificar as casas geriátricas, superando a lógica de abandono e depósito de idosos para onde ninguém quer ir.

Outro embate revela a falta de espaço físico, onde não é garantido o direito ao sigilo o que prejudica a qualidade dos serviços prestados. A falta de estrutura para atendimento tanto individual como coletivo também não é adequado, mesmo que esteja previsto na Lei de Regulamentação da profissão a necessidade de espaço físico adequado para desempenho do trabalho com qualidade.

Foi possível evidenciar também a falta de conhecimento sobre a profissão, tanto da

instituição, como de colegas de trabalho, como ainda dos usuários. Sendo assim, conclui-se que a falta de conhecimento sobre a profissão por parte da instituição e dos colegas de trabalho pode acarretar no desvio de função, sendo encaminhada para o serviço social toda e qualquer demanda que ninguém possa atender ou que não haja interesse em solucionar.

Quanto as possibilidades ou facilitadores, os assistentes sociais informaram a afetividade da população idosa, bem como a criação de vínculos que favorece, visto que são muito acolhedores. Além do mais foi colocado que o trabalho interdisciplinar é uma possibilidade que se apresenta e que favorece a compreensão da realidade sob diversos primas, de acordo com a área do conhecimento com quem se trabalha.

Referente ao PEP da profissão, os achados da pesquisa revelam que apenas um assistente social mostrou compreensão do que é o PEP, embora outro tenha referido que acredita que seu trabalho contribui para a efetivação destes. Considera-se que quando o assistente social tem por finalidade de seu trabalho garantir o acesso aos direitos dos idosos, está efetivamente contribuindo para superação da desigualdade social, e consolidando o PEP.

Já a garantia de direitos, conforme os assistentes sociais entrevistados, ocorre em seus trabalhos por meio do acesso a informação, do lazer, do esporte, da cultura, da saúde, da assistência, da habitação e da educação. Entretanto, ressalta-se que esta perspectiva de garantir o acesso aos direitos dos idosos, não é consenso de todos os profissionais e não apresenta-se como finalidade do trabalho de todos os assistentes sociais entrevistados.

A identidade dos assistentes sociais relatada pelos idosos evidencia o retorno a gênese da profissão, da moça boazinha que alimenta aos pobres. A personificação da bondade no assistente social, não havendo compreensão o que é da instituição e o que é do profissional. Por outro lado, foi referenciado o assistente social como profissional de referência, que contribui de forma positiva na forma como o idoso se compreende nesta sociedade.

Já os assistentes sociais se percebem como profissional que trabalha pra essa efetivação dos direitos sociais, como trabalhador que visa garantir a qualidade de vida dos idosos, ultrapassando a questão da bondade.

A relevância do estudo da temática evidenciado por meio deste trabalho se relaciona com o processo de conclusão de curso e os desafios postos quanto ao trabalho do assistente social, não apenas no atendimento a população idosa, mas em todas as áreas de atuação.

Para os idosos, a relevância está na qualificação do profissional que o atende, no conhecimento de suas reais demandas e assim enfrentamento das expressões da questão social que afligem suas vidas, promovendo a melhora na qualidade de vida e de saúde.

Para a categoria dos assistentes sociais, o aprofundamento do conhecimento quanto ao trabalho do assistente social junto ao segmento idoso se apresenta na qualificação dos serviços prestados, visto que é previsto pela Lei de Regulamentação da profissão como competência do assistente social planejar e executar pesquisas que tenham por objetivo contribuir com a análise da realidade social, a fim de subsidiar as estratégias de intervenção.

Considera-se o estudo do tema do envelhecimento de grande relevância para categoria profissional, visto que apresenta-se como uma realidade consideravelmente nova para a profissão. Com o crescente número de idosos faz-se necessário refletir em como o assistente social pode intervir de forma criativa e propositiva para que sejam superados os estereótipos da velhice, bem como para promover o acesso aos direitos e, conseqüentemente, possibilitar a melhoria da qualidade de vida, o que não significa apenas promover atividades para ocupação do tempo livre.

É preciso ir além, é preciso avançar e este trabalho visa contribuir nesta discussão, sem ter a pretensão de encerrar as discussões e sanar todas as dúvidas e inquietudes que advém do cotidiano de trabalho. Ressalta-se a necessidade de desenvolvimento de outras pesquisas sobre a temática, bem como a relevância de conhecer a realidade dos sujeitos atendidos.

Conclui-se, que o trabalho do assistente social é de luta enquanto trabalhadores que vendem sua força de trabalho. A luta é pra que um novo sistema seja instaurado, uma nova forma de ser sociedade que tem as riquezas igualmente divididas, uma sociedade que valoriza o idoso por sua experiência de vida e sabedoria. A luta do Serviço Social é pela emancipação humana, pela eliminação de qualquer forma de discriminação e preconceito em todas as faixas etárias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Geralda Gomes; NASCIMENTO, Maria Angela Alves do. Saúde, doença e envelhecimento: representações sociais de um grupo de idosos da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) - Feira de Santana- BA. *Textos Envelhecimento*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2005 .

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

BLESSMANN, Eliane Jost. Violência contra a pessoa idosa: reflexões sobre a família, o estado e a sociedade. / Eliane Jost Blessmann; Jussara Rauth; Vania Beatriz Merlotti Herédia. - Porto Alegre: Letra&Vida, 2012.

Brasil. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). In: Coletânea de Leis. Revista e Ampliada. Porto Alegre: CRESS 10a Região, 2005.

_____. Política Nacional do Idoso (1994). Brasília: 2004.

_____. Estatuto Do Idoso. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. São Paulo: Sugestões literárias, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos [online]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

CARVALHO, Maria Irene Lopeso. Violência sobre as pessoas idosas e Serviço Social. In: *Revista Kairos Gerontologia*, v. 14, n. 1 (2011).
<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6926/5018>

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS n. 493 de 21 de agosto de 2006a, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>

_____. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

COSTA, Ruthe Corrêa da. *A terceira idade hoje sob a ótica do serviço social*. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

ELSNER, Viviane Rostirolla. PAVAN, Fábio. GUEDES, Janesca Mansur. Violência contra o idoso: ignorar ou atuar? In: *revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*. v. 4, n. 2 (2007)
<http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/article/view/139/111>

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. *O que é Serviço Social*. - 6. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: *Serviço Social e Sociedade*. Editora Cortez. ANO XXVI, volume 85, novembro, 2005.

FERGUTZ, Lauana Silvia. Diário de Campo. Curso de Serviço Social. Porto Alegre: UFRGS 2012.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação permanente: um desafio para o Serviço Social. *In: Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 207-218. jan./jun. 2007.

FERNANDES, M. G. M.; SANTOS, S. R. Políticas públicas e direitos do idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. *Achegas. net: Rev Cienc Politica* [periódico on-line], 2007, p. 49-60. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf> Acesso em: 21 nov. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional* / Marilda Vilela Iamamoto. - 24. ed. - São Paulo, Cortez, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2007 e 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/notasindicadores.shtm>

KIST, Rosane Bernadete Brochier. *O processo de trabalho do assistente social e a garantia de direitos do idoso a partir da abordagem grupal*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Programa de Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. *In: Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais*. Brasília: Editora CFESS/ ABEPSS, 2009.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. *In: Einstein*. 2008; 6 (Supl 1): S4-S6. http://pratein.com.br/home/images/stories/Envelhecimento/envelhecimento_popu.pdf

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético político do Serviço Social. *In: MOTA, A. E. et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Economia Política: uma introdução crítica* / José Paulo Netto e Marcelo Braz. - 8 ed. - São Paulo: Cortez, 2012. - (Biblioteca Básica de serviço social ; v. 1).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento 1982*. Viena: ONU, 1982.

_____. *Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento 2002*. Trad. de Arlene Santos. Revisão de português Alkmin Cunha. Revisão técnica Jurilza Mendonça e Vitória Góis. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

PICCOLO, Gustavo Martins. Os caminhos dialéticos do envelhecimento e sua relação com a educação física contemporânea. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* [online]. 2011, vol.14, n.1, pp. 169-178. ISSN 1809-9823.

PRATES, Jane Cruz. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Departamento de Programa de Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antonio. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. *In: Revista Ágora*, Vitória, n.4, 2006, p. 1-29.

SANTIN, Janaína Rigo. A dignidade da pessoa humana e os direitos sociais do idoso no Brasil. *In: Envelhecimento Humano: saúde e dignidade / organizado por Janaína Rigo Santin, péricles Saremba Vieira, HugoTourinho Filho. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 75 - 103*

SILVA, Terezinha da. Violência contra a pessoa idosa: do invisível ao visível. *In: Revista Kairos Gerontologia*, v. 14, n. 1 (2011).

<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6927/5019>

ZACARIAS, Inez Rocha. *A influência da teoria marxiana no trabalho do assistente social*. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Programa de Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

YAZBECK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 144 – 160

_____. O significado sócio-histórico da profissão. *In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125 - 141

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA TÉCNICOS

1. Nome: _____
2. Instituição de trabalho/Setor/Projeto: _____
3. Ano de graduação e instituição de ensino: _____
4. Tempo de trabalho no atendimento ao idoso: _____
5. Outros trabalhos realizados com a população idosa: _____
6. Como você concebe seu objeto de trabalho junto a população idosa?
7. Quais as expressões da questão social reconhece na realidade da população atendida?
8. Possui uma teoria/método que embasa suas intervenções? Qual?
9. Você reconhece as particularidades de seu trabalho? Quais são?
10. Quais instrumentos e técnicas utiliza em seu trabalho?
11. Quais os condicionantes que favorecem ou dificultam o desenvolvimento do trabalho profissional nesse espaço sócio-ocupacional?
12. Como reconhece e quais são os produtos que decorrem de seu trabalho?
13. Quais são as principais contribuições de seu trabalho?
14. Quais direitos dos idosos estão assegurados o acesso por meio de seu trabalho?
15. Como voce descreve sua identidade profissional ?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA IDOSOS

1. Nome: _____
2. Instituição/Projeto que participa: _____
3. Tempo de participação no projeto: _____
4. Participa (ou) de outro projeto direcionado a população idosa? Qual?
5. Como compreende o trabalho do assistente social?
6. Na sua opinião, para o que contribui o trabalho do assistente social?
7. Para você, com o que o Serviço Social trabalha, qual é a matéria-prima ou o objeto de trabalho do AS ?
8. Quais as ações ou instrumentos utilizados pelo assistente social no seu trabalho ?
9. Qual a imagem e sentimento que você tem em relação ao trabalho do AS ?